

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ**

**ROBERTO SANTOS DE CARVALHO**

**UM ESTUDO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CLASSE DOS ADJETIVOS  
EM PORTUGUÊS**

**ILHÉUS – BAHIA  
2011**

**ROBERTO SANTOS DE CARVALHO**

**UM ESTUDO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CLASSE DOS ADJETIVOS  
EM PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado em Letras, Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz.

**Área de Concentração:** Linguagens, Representações, Leitura, Tradução e Ensino.

**Linha de Pesquisa:** Linguagem, Descrição e Discurso.

**Orientadora:** Profa. Dra. Gessilene Silveira Kanthack.

**ILHÉUS – BAHIA  
2011**

**ROBERTO SANTOS DE CARVALHO**

**UM ESTUDO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CLASSE DOS ADJETIVOS  
EM PORTUGUÊS**

Ilhéus, 26/04/2011.

---

Gessilene Silveira Kanthack – Doutora  
UESC  
(Orientadora)

---

Danniel da Silva Carvalho – Doutor  
UFBA

---

Élida Paulina Ferreira – Doutora  
UESC

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que não precisa de uma teoria para comprovar sua existência, nem de defensores para advogar a concretude da sua presença, pois Ele é Deus e, como um Pai amoroso, está no nosso meio. A Ele agradeço a conclusão deste trabalho.

Agradeço às professoras do Departamento de Letras da UESC, em especial: Cláudia Martins Moreira, Marileide dos Santos Oliveira, Maria das Graças T. de Araújo Goés, Marialda Jovita Silveira, por terem me influenciado, diretamente, durante os anos da graduação em Letras, fazendo-me amar, desejar e assumir a linguagem como profissão.

Agradeço à querida professora Eliuse Sousa Silva, também da UESC, que, à semelhança das professoras anteriormente citadas, teve papel decisivo na minha formação. Ela foi a responsável por me apresentar, com tamanha dedicação, o terreno apaixonante e movediço dos estudos semânticos em Linguística, o que me despertou para uma questão fundamental: somos sujeitos que só existem na linguagem e pela linguagem. Obrigado, professora! Aprendi que não existe salvação fora do texto, fora dos sentidos que, necessariamente, são requisitados, desdobrados e negociados a todo o momento.

Agradeço a Ícaro Gibran Bastos Sampaio, pela amizade que nos une. Ícaro, a quem posso chamar de meu melhor amigo, que me elogia, mas, também, que nunca diz apenas o que quero ouvir, é do tipo de amigo-irmão a quem eu quero ter sempre por perto. Obrigado, amigo, pelo privilégio da sua amizade, pela honra da sua companhia.

Agradeço à minha orientadora, professora Gessilene Silveira Kanthack, por esses dois anos de convivência, de aprendizado, de crescimento. Agradeço pelas lições que extrapolaram os limites desta dissertação; lições de profissionalismo, de organização, de responsabilidade, de amor pela linguagem. Agradeço pelos sorrisos, pela alegria, pelo rosto tranquilo, pela atenção e interesse com que me ouvia, pelo cuidado e respeito com minhas ideias, com meu processo de escrita, com os relatórios que enviamos à FAPESB. Obrigado, professora! Carrego um amadurecimento teórico e de escrita desenvolvido graças à sua intervenção. Espero trilhar seus passos na pesquisa e atingir um perfil parecido com o seu.

À minha família, à minha mãe, Anália Santos, aos meus colegas de mestrado, a todos que direta ou indiretamente se preocuparam com este trabalho. À amiga do coração, Maria das Graças Argôlo, uma mulher de grande valor, uma estudiosa nata, agradeço pela amizade iniciada em 2003 e que perdura até hoje.

À professora Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro, da UESC, agradeço pela atenção, pelo olhar motivador que sempre me dirigiu, mesmo eu nunca tendo sido seu aluno.

Ao colega e amigo Fábio Pereira da Silva, agradeço pelas longas conversas sobre o terreno apaixonante da Linguística.

À FAPESB, agradeço a concessão da bolsa que me permitiu dedicação integral e me fez vislumbrar outros horizontes.

## OS CEGOS E O ELEFANTE

Numa cidade da Índia viviam seis sábios cegos. Como seus conselhos eram sempre excelentes, todas as pessoas que tinham problemas consultavam-nos. Embora fossem amigos, havia uma certa rivalidade entre eles, que, de vez em quando, discutiam sobre qual seria o mais sábio.

Certa noite, depois de muito conversarem acerca da verdade da vida e não chegarem a um acordo, o sexto sábio ficou tão aborrecido que resolveu ir morar sozinho numa caverna da montanha. Disse aos companheiros:

- Somos cegos para que possamos ouvir e compreender melhor do que as outras pessoas a verdade da vida. E, em vez de aconselhar os necessitados, vocês ficam aí brigando, como se quisessem ganhar uma competição. Não agüento mais! Vou-me embora.

No dia seguinte, chegou à cidade um comerciante montado num elefante imenso. Os cegos jamais haviam tocado nesse animal e correram para a rua ao encontro dele.

O primeiro sábio apalpou a barriga do animal e declarou:

- Trata-se de um ser gigantesco e muito forte! Posso tocar os seus músculos e eles não se movem; parecem paredes.

- Que bobagem! - disse o segundo sábio, tocando na presa do elefante - Este animal é pontudo como uma lança, uma arma de guerra.

- Ambos se enganam - retrucou o terceiro sábio, que apertava a tromba do elefante

- Este animal é idêntico a uma serpente! Mas não morde, porque não tem dentes na boca. É uma cobra mansa e macia.

- Vocês estão totalmente alucinados! - gritou o quarto sábio, que mexia as orelhas do elefante - Este animal não se parece com nenhum outro. Seus movimentos são ondeantes, como se seu corpo fosse uma enorme cortina ambulante.

- Vejam só! Todos vocês, mas todos mesmo, estão completamente errados! - irritou-se o quinto sábio, tocando a pequena cauda do elefante - Este animal é como uma rocha com uma cordinha presa no corpo. Posso até me pendurar nele.

E assim ficaram horas debatendo, aos gritos, os seis sábios. Até que o sexto sábio cego, o que agora habitava a montanha, apareceu conduzido por uma criança.

Ouvindo a discussão, pediu ao menino que desenhasse no chão a figura do elefante.

Quando tateou os contornos do desenho, percebeu que todos os sábios estavam certos e enganados ao mesmo tempo. Agradeceu ao menino e afirmou:

- Assim os homens se comportam diante da verdade. Pegam apenas uma parte, pensam que é o todo, e continuam tolos!

# UM ESTUDO SINTÁTICO-SEMÂNTICO DA CLASSE DOS ADJETIVOS EM PORTUGUÊS

## RESUMO

O objetivo desta dissertação, de cunho teórico-descritivo, é realizar um estudo sintático-semântico da classe dos adjetivos em português. Buscamos, fundamentalmente, compreender as propriedades que permitem o posicionamento deste item gramatical à direita ou à esquerda do substantivo, no interior do sintagma nominal. Para alcançar o objetivo traçado, fizemos, primeiro, o resgate de uma parte da história externa de configuração da classe gramatical em estudo, ao longo do pensamento linguístico ocidental, visando verificar sob quais pressupostos os adjetivos foram analisados por alguns investigadores da antiguidade clássica e anglo-saxônica. Na sequência, nos voltamos para o âmbito interno, para o cenário da língua portuguesa no Brasil. Nesse momento, discutimos um pouco da história de configuração da classe dos adjetivos em território nacional, e apresentamos as principais mudanças que ocorreram com o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB. No decorrer da discussão, tocamos em um problema muito pouco explorado, que diz respeito à vastidão onomástica que ainda persiste em nossas gramáticas, mesmo após 50 anos de edição da NGB. Em paralelo ao problema da diversidade nomenclatural, tentamos demonstrar que, ao distribuir os adjetivos em distintas classes, nossas gramáticas tocam, indiretamente, na questão do posicionamento pré/pós-nominal dos adjetivos, escondendo noções intuitivas muito importantes acerca dos parâmetros envolvidos na anteposição ou posposição do adjetivo no interior do sintagma nominal. Por fim, apresentamos e discutimos as propostas de Boff (1991) e Rio-Torto (2006), que visaram, também, explicar o fenômeno do posicionamento dos adjetivos em português. Com base nestas descrições, procuramos defender que são três as propriedades envolvidas na anteposição ou posposição dos adjetivos, a saber: 1) Os adjetivos se posicionam à direita do nome quando apresentam traços + objetivo, - subjetivo; 2) Os adjetivos se posicionam à esquerda do nome quando apresentam traços – objetivo, + subjetivo; 3) O uso pode alterar os traços de objetividade e subjetividade dos adjetivos, interferindo no posicionamento deles à direita ou à esquerda do nome.

**Palavras-chave:** Adjetivos. Descrição do português. Sintaxe. Semântica.

# A SYNTACTIC-SEMANTIC STUDY OF THE ADJECTIVE CATEGORY IN PORTUGUESE

## ABSTRACT

The goal of this dissertation, which has both a theoretical and descriptive approach, is to carry out a syntactic-semantic study of the adjective category in Portuguese. We aim to fundamentally understand the properties that allow this grammatical item to appear, inside a noun phrase, on the right or on the left of the noun. To this end, we will first trace a short external history of the adjective category in the western linguistic tradition. We also intend to verify the assumptions of thinkers of classical antiquity and Anglo-Saxon tradition in their analyses of this category. Subsequently, we will approach a specific issue related to the Portuguese language in Brazil. We will discuss the historical configuration of the adjective category in this country and present the main changes occurred with the advent of the Brazilian Grammar Nomenclature (NGB). During our discussion, we tackle the litter studied problem of excessive nomenclature used in Brazilian grammars, even 50 years after the edition of the NGB. Simultaneously we will try to demonstrate that our grammarians deal indirectly with the matter of the pre- and postnominal position of the adjectives, by classifying them into different classes. This classification hides very important intuitive notions about the parameters involved in the position of the adjective, inside a noun phrase, before or after the noun. Finally, we present and discuss the theoretical proposals of Boff (1991) and Rio-Torto (2006), who aimed to explain the position of the adjective in Portuguese. Based on these descriptions, we defend that there are three properties involved in the occurrence of adjectives before or after nouns: 1) The adjectives occur on the right of the noun they modify when they have the feature [+ objective, - subjective]; 2) The adjectives occur on the left of the noun they modify when they have the feature [ - objective, + subjective]; 3) The use of adjectives may change their features of objectivity and subjectivity, by interfering in their position on the right or on the left of the noun.

**Key words:** Adjectives. Description of Portuguese language. Syntax. Semantics.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I: ADJETIVOS: DESCRIÇÃO HISTÓRICA DE UM OBJETO DE INVESTIGAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ADJETIVOS: O PENSAMENTO GRECO-ROMANO E RAMIFICAÇÕES.....	13
3 ADJETIVOS: A DESCRIÇÃO DE PORT-ROYAL.....	18
4 ADJETIVOS: A CLASSIFICAÇÃO DE BOLINGER (1967).....	22
5 ADJETIVOS: A CLASSIFICAÇÃO DE VENDLER (1968).....	26
6 ADJETIVOS: A CLASSIFICAÇÃO DE ZUBER (1973).....	28
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
CAPÍTULO II: ADJETIVOS NAS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS.....	32
1 INTRODUÇÃO.....	32
2 O ADJETIVO ANTES E PÓS NGB: TIPOS E PROPRIEDADES.....	33
2.1 Tipos de adjetivos.....	35
2.2 Adjetivos: propriedades morfológicas.....	37
3 O ADJETIVO NAS GRAMÁTICAS ATUAIS.....	41
3.1 Tipos de Adjetivos: a descrição de André (1997).....	41
3.2 Tipos de Adjetivos: a descrição de Cunha e Cintra (2003).....	44
3.3 Tipos de Adjetivos: a descrição de Azeredo (2008).....	51
3.4 Tipos de Adjetivos: a descrição de Bechara (2009).....	52
4 DESCRIÇÃO GRAMATICAL DO ADJETIVO E AS NOMENCLATURAS EMPREGADAS.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
CAPÍTULO III: ADJETIVOS: UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-SEMÂNTICA.....	59
INTRODUÇÃO.....	59
2 SINTAXE DOS ADJETIVOS NO PORTUGUÊS: A PROPOSTA DE BOFF (1991).....	60
3 POSIÇÃO DO ADJETIVO NO SINTAGMA NOMINAL EM PORTUGUÊS: A PROPOSTA DE RIO-TORTO (2006).....	68
4 O POSICIONAMENTO DO ADJETIVO NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL: A HIPÓTESE DO USO.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81



## INTRODUÇÃO

O estudo do léxico, na atualidade, tem despertado inúmeros pesquisadores que o tem investigado, visando aos mais variados objetivos. Pesquisas recentes, que se debruçam sobre essa temática, têm ganhado fôlego a partir da crescente presença da *internet*, que permite o desenvolvimento de inúmeros projetos, tais como: *tesauro*, *wordnet*, *léxico-semântico*, *taxonomia*, *ontologia* e *web semântica*. Muito embora projetos dessa natureza apresentem distintas definições e metodologias, todos se voltam para o interesse de estruturar bases lexicais do tipo *online*, visando aprimorar as informações lexicais organizadas a partir de sistemas de Processamento de Línguas Naturais (PLN) e sistemas de busca, tais como o *Google®*.

O interesse pelos adjetivos, nesse ínterim, tem ocupado a agenda dos pesquisadores da atualidade que, focados nos objetivos acima delineados, tentam compreender as propriedades sintático-semânticas dos adjetivos, visando, também, a aperfeiçoar *softwares*, com vistas a melhorar o desempenho de corretores ortográficos, tradutores automáticos, sistemas de sumarização, anotação semântica de *corpus*, entre outros objetivos (cf. DI FELIPPO, 2004; CONTERATTO, 2009).

Os trabalhos que se inserem nesse cenário focam os adjetivos sob variados vieses; uns se detêm em contextos onde aparecem dois os mais adjetivos, outros em contextos em que os adjetivos estão ligados ao nome por meio de um verbo copulativo ou outros tipos de verbos. De uma maneira ou de outra, a questão do posicionamento do adjetivo à direita ou à esquerda é focado, mas não tratado com maior rigidez, deixando a interpretação para o leitor iniciado na temática.

A gramática tradicional, usada como ponto de partida para descrição dos adjetivos em trabalhos do tipo PLN e outros, também foca questões de sentido e de predicação envolvendo os adjetivos. No entanto, assim como nos trabalhos inseridos no contexto supracitado, as gramáticas tradicionais também não focam, diretamente, as restrições de colocação que certos adjetivos encontram à direita ou à esquerda do nome em português.

Os adjetivos, tradicionalmente, aparecem definidos como modificadores por excelência dos substantivos; tal definição parece conferir a essa classe gramatical um nivelamento que, aparentemente, não permite observar a existência de

propriedades peculiares de palavras agrupadas sob o rótulo geral “Adjetivo”. No entanto, é possível observar, por exemplo, que um adjetivo como **perpétuo** é distinto de um adjetivo como **fluvial**, no que tange ao status sintático-semântico no interior do sintagma nominal. Os exemplos contrastados abaixo ilustram isso:

- (1) a. O amor **perpétuo** de Maria...
- b. O **perpétuo** amor de Maria...
  
- (2) a. A bacia **fluvial** de um rio inclui toda a terra...
- b. \*A **fluvial** bacia de um rio inclui toda a terra...

Os compêndios tradicionais não explicam por que alguns adjetivos, a exemplo de **perpétuo**, podem mover-se para as posições pré/pós-nominal, respectivamente 1a e 1b, e que tal mobilidade não se aplica a adjetivos do tipo de **fluvial**, que, se movido para a posição pré-nominal (2b), parece violar alguma restrição sintático-semântica, tornando a sentença agramatical<sup>1</sup>.

Diante das postulações apresentadas, buscamos, fundamentalmente, problematizar: Que tipo de propriedade determina o posicionamento pré/pós-nominal do adjetivo no interior do sintagma nominal em português?

Partindo das distintas propriedades sintático-semânticas responsáveis por regerem o comportamento fluido de palavras dessa natureza, esta pesquisa visa a estudar a classe dos adjetivos, argumentando que ela apresenta três tipos de traços, **objetivos**, **subjativos** e de **uso**, e que eles podem influenciar no posicionamento pré/pós-nominal dos adjetivos. Em razão disso, hipotetizamos que as restrições de posicionamento do adjetivo, em português, podem ocorrer por três razões:

---

<sup>1</sup> Sentença gramatical e agramatical não se confunde com a dicotomia “frase correta/incorreta” postulada pela gramática tradicional. Na perspectiva gerativa, diz-se gramatical (bem formada) a sentença construída de acordo com regras da gramática da língua (incluem-se nas observações todas as sentenças próprias da língua, mesmo aquelas condenadas como ‘erradas’ pelos manuais tradicionais). Diz-se agramatical (mal formada) a sequência que não faz parte da estrutura aceita e legitimada pelas regras de determinada língua natural. Para ilustrar esses dois conceitos, consideremos: (1) **O gato bebeu o leite**; (2) **bebeu O o gato leite**. Em 1, temos um exemplo de sentença gramatical e em (2), de sentença agramatical. As noções de gramaticalidade/agramaticalidade, no entanto, não são tão simples assim. O entendimento que permeia tais concepções não poderia ser foco desta abordagem, pois fugiria aos propósitos da discussão. O exemplo que oferecemos, de agramaticalidade estrutural, surge, apenas, como um dos tipos de agramaticalidade, visando oferecer esclarecimentos iniciais ao leitor.

- 1) Os adjetivos se posicionam à direita quando apresentam traços +objetivo, -subjetivo;
- 2) Os adjetivos se posicionam à esquerda quando apresentam traços -objetivo, +subjetivo;
- 3) O uso pode alterar os traços de objetividade e subjetividades dos adjetivos, interferindo no posicionamento à direita ou à esquerda do nome.

Por meio de tais pressupostos, este estudo tem como objetivo geral compreender por que alguns adjetivos a exemplo de **grande** e outros se movem para as posições pré/pós-nominal respectivamente, enquanto adjetivos como **fluvial** e **vermelho** e outros encontram restrições se antepostos ao nome. Ao lado de questões dessa natureza, visamos também:

a) Traçar um percurso histórico da classe dos adjetivos ao longo da tradição greco-romana e suas ramificações, apontando a importância da descrição dos adjetivos pelos gramáticos de Port-Royal;

b) Discutir o *status* da classe dos adjetivos antes e depois da Nomenclatura Gramatical Brasileira (daqui em diante NGB), bem como observar se nas gramáticas do português há propostas divergentes em relação à classificação dos adjetivos;

c) Discutir que o parâmetro de colocação do adjetivo à direita ou a esquerda do nome em português pode ser condicionado pelos traços +/-objetivo ou +/-subjetivo;

d) Defender a hipótese do uso como outro fator que pode condicionar a colocação do adjetivo em posição pré ou pós-nominal.

Nesse intuito, esta pesquisa, de natureza teórico-descritiva, partirá de um conjunto de concepções estritamente especulativas, visando verificar se tais conjecturas podem ser observadas em algumas estruturas sintagmáticas, em

português, compostas de Adj + N e N + Adj, a fim de se propor hipóteses que possam servir para explicar o posicionamento pré/pós-nominal dos adjetivos em estudo. O *corpus* será de base introspectiva, haja vista que, metodologicamente, partimos de um conjunto de hipóteses que, necessariamente, devem ser testadas a *posteriori*, para que se possa validá-las ou não.

Para atender aos objetivos traçados para a dissertação, dividimos o estudo em três partes. No primeiro capítulo, traçamos um percurso histórico do pensamento ocidental acerca da classe dos adjetivos, com o propósito de demonstrar que as palavras agrupadas sob o rótulo geral “adjetivos” possuem propriedades muito peculiares, obrigando, para seu estudo, a criação de subclasses para melhor compreender seu comportamento. Este capítulo, que recupera uma discussão historiográfica importante acerca da classe gramatical em estudo, serve de base para compreendermos de onde vêm as noções de adjunto adnominal e predicativo, tratados no capítulo 2 (noções essas que, indiretamente, estão relacionadas ao posicionamento à direita ou à esquerda dos adjetivos). Veremos, no capítulo 1, que os adjetivos que se ligavam ao nome sem intermédio de um verbo eram chamados de atributo, já os que apresentavam um verbo, provendo a ligação entre o substantivo e o adjetivo, eram chamados de predicativo; tais nomenclaturas, no entanto, serão revistas pela NGB, que se apropriará das noções cunhadas na tradição linguística ocidental, alterando as nomenclaturas; isso, todavia, será abordado no capítulo 2. O capítulo 1 ainda apresentará a discussão acerca do uso, já advogada em Port-Royal, que retomaremos no capítulo 3, visando sustentar que ele (o uso) pode interferir no posicionamento dos adjetivos no interior do SN em português.

O objetivo do capítulo 1, além das articulações pretendidas com os dois outros capítulos desta dissertação, é apresentar um panorama histórico da configuração da classe dos adjetivos, com vistas a demonstrar que o interesse por esta categoria gramatical segue longa tradição na investigação linguística ocidental.

No segundo capítulo, resgatamos as noções de posições atributivas e predicativas do primeiro capítulo e focamos como algumas gramáticas da língua portuguesa abordam a classe dos adjetivos. Neste capítulo, demonstraremos as principais mudanças pelas quais a classe passou com o advento da NGB, bem como descreveremos como quatro gramáticas - André (1997), Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009) - tratam desse item gramatical.

Demonstraremos que, após cinco décadas da edição da NGB, ainda é possível encontrar um conflito terminológico, envolvendo a classe dos adjetivos, ou seja, para tratar de uma mesma propriedade, as gramáticas estudadas apresentam nomes distintos para abordar uma mesma noção. O capítulo pretende tocar, paralelo à questão do posicionamento do adjetivo à direita ou à esquerda do nome, em um problema importante, pouco explorado, exceto, raramente, pela Historiografia da Linguística, que é a questão da nomenclatura, ponto fulcral para as ciências.

No terceiro capítulo, focamos, diretamente, na questão do posicionamento dos adjetivos pré ou pós-nominalmente e, para isso, resgatamos uma noção pensada inicialmente em Port-Royal, e apresentada no capítulo 1, que se refere à hipótese do uso. Para postularmos essa e outras hipóteses, visando especular acerca do fenômeno do posicionamento em análise, procuramos primeiro apresentar e discutir as propostas de Boff (1991) e Rio-Torto (2006), que visaram, também, explicar o fenômeno do posicionamento dos adjetivos em português. Com base nestas descrições, procuramos defender que são três as propriedades envolvidas na anteposição ou posposição dos adjetivos, a saber: 1) Os adjetivos se posicionam à direita quando apresentam traços + objetivos, - subjetivo; 2) Os adjetivos se posicionam à esquerda quando apresentam traços - objetivo, + subjetivo; 3) O uso pode alterar os traços de objetividade e subjetividade dos adjetivos, interferindo no posicionamento deles à direita ou à esquerda do nome.

Esperamos que este estudo, de cunho teórico-descritivo, possa, direta ou indiretamente, contribuir com investigações que visam aprimorar bancos de dados lexicais - as chamadas *wordnets* que se utilizam de arquiteturas construídas a partir de teorias linguísticas, com vistas a aprimorar o desempenho de corretores ortográficos, tradutores automáticos, sistemas de sumarização, anotação semântica de *corpus*, entre outros. Ao lado disso, esperamos que este estudo sirva aos professores de língua portuguesa, de modo a despertá-los para as teias de sentido que os adjetivos podem proporcionar, o que pode contribuir para melhorar as atividades de leitura e análise linguística na escola.

## CAPÍTULO I: ADJETIVOS: DESCRIÇÃO HISTÓRICA DE UM OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

*No século 18, debateu-se veementemente se os macacos tinham ou não uma língua, e uma das proposições era a de que eles tinham, mas eram espertos o bastante para perceber que se eles manifestassem essa capacidade, os humanos os poriam para trabalhar como escravos, de modo que preferiam ficar quietos quando havia pessoas por perto.*

*(Chomsky, 2008, p. 66)*

### 1 INTRODUÇÃO

O capítulo reservado aos adjetivos, nas gramáticas tradicionais, procura apresentar uma definição<sup>2</sup> do que seja um adjetivo, antes de descrever suas funções. André (1997) abre o capítulo reservado aos adjetivos, em sua gramática, afirmando:

Adjetivo é uma palavra que expressa qualidade, propriedade ou estado do ser. Os adjetivos dividem-se em:

**1. Adjetivos explicativos**, que diz qualidade essencial do ser. Exs.: gelo *frio*, pedra *dura*, leite *branco* etc.

**2. Adjetivos restritivos**, que expressa qualidade, propriedade ou estado accidental do ser. Exs.: *bela* casa, pedra *preciosa*, gelo *útil*, leite *caro*, livro *velho*, *alto* muro, etc.

<sup>2</sup> A definição dada aos adjetivos, como se nota na descrição de André, é baseada puramente numa noção semântica. É interessante notar que as gramáticas escolares promovem uma mistura de conceitos sintáticos e semânticos, criando alguns problemas nas definições; a preferência pela semântica tem um nítido fundamento na tradição. Weedwood (2005) comenta que as classes de palavras, definidas pelos gregos e retomadas pelos romanos, se fundamentavam em critérios semânticos, o que criou problemas para os linguistas posteriores. Segundo a autora, é difícil conciliar um sistema de classificação de palavras, de base semântica, com a necessidade frequente de classificação formal, incompatível muitas vezes. A autora exemplifica tais considerações por meio da palavra “bonito”, numa sentença como: “Ela canta bonito”. Weedwood (2005) discute que, formalmente, “bonito” deveria ser incluído na classe dos adjetivos, embora exerça, na sentença, clara função de advérbio. A autora conclui, afirmando: ‘Este apego à classificação tradicional, que não leva em conta os papéis desempenhados pelas palavras no contexto em que se inserem, é uma das razões que levam à condenação de enunciados desse tipo como ‘errados’ (alegando que o ‘certo’ seria ‘Ela canta muito *bonitamente*’), embora eles [os enunciados tidos como errados] sejam de uso antiquíssimo na língua, um uso que remonta, aliás, ao próprio latim’. (p. 32). Essa ênfase semântica ocupará lugar de destaque no trabalho sobre sintaxe grega do gramático romano Apolônio Díscolo (cf. ROBINS, 1982).

3. Quando expressa nacionalidade ou lugar de origem do ser, o adjetivo chama-se **pátrio**. Exs.: brasileiro, árabe, japonês, italiano, português, etc. (p. 134).

Os compêndios normativos, evidentemente, não se propõem a abordar a história da constituição das classes gramaticais. A descrição que se presta os compêndios tradicionais, por razões óbvias, no entanto, pode criar uma falsa consciência de que as classes gramaticais sempre foram tais quais descritas e exemplificadas nos manuais. Compreender a história de constituição da classe dos adjetivos insere-se, também, como necessária, haja vista que a temática em questão tem ocupado a agenda de inúmeros estudiosos, seguindo longa tradição no pensamento ocidental.

Neste capítulo, apresentaremos, na seção 2, um pouco da história do adjetivo, ao longo do pensamento ocidental, partindo do pensamento grego, passando pelas bases romanas e suas ramificações. Descreveremos o contexto do pensamento filosófico em que o adjetivo foi descrito por Platão, assim como a oscilação sofrida pelos adjetivos, ao longo dos séculos, ora incluídos na classe dos nomes, ora na classe dos verbos.

Na seção 3, apresentaremos a descrição dos adjetivos pelo prisma dos gramáticos de Port-Royal, que distinguiram claramente *acidente* (substantivo) de *atributo* (adjetivo), apontando a falta de liberdade sintática desse último. Também destacaremos os reflexos dessa descrição para os estudos iniciais da teoria gerativo-transformacional.

Nas seções 4, 5 e 6, apresentaremos as primeiras propostas de classificação para os adjetivos, empreendidas por Bolinger (1967), Vendler (1968) e Zuber (1973); as duas primeiras voltadas para o inglês, a última para o polonês.

Com o resgate do percurso histórico dos adjetivos, objetiva-se demonstrar que, devido ao comportamento sintático-semântico, bastante peculiar dessa classe gramatical, tanto os investigadores que nos antecederam quanto os atuais se depararam/deparam com a difícil tarefa de distribuir os adjetivos em classes e descrever, adequadamente, o comportamento sintático-semântico dessa categoria.

## 2 ADJETIVOS: O PENSAMENTO GRECO-ROMANO E RAMIFICAÇÕES

Imersa em um contexto filosófico-especulativo, a história registrada da linguística ocidental (cf. WEEDWOOD, 2005) iniciou-se com o tratamento binário e oposto da natureza da faculdade da linguagem; por um lado, a língua(gem) era compreendida como uma fonte de conhecimento; por outro, a língua(gem) era concebida como um simples meio de comunicação. As visões dicotômicas<sup>3</sup> acerca dessa matéria visaram responder a um problema fundamental: “A língua tem algum vínculo direto e essencial com a realidade, espiritual ou física, ou é puramente arbitrária?”<sup>4</sup>

O problema da natureza da língua(gem) apareceu no *Crátilo* de Platão (429-337 a. C.) e, sob esse “marco filosófico inaugural”, as propriedades predadoras dos adjetivos foram discutidas e passaram a ocupar a agenda dos estudiosos gregos, seguindo longa tradição no pensamento ocidental. Platão tratou acerca dos adjetivos e promoveu a divisão da frase em duas unidades fundamentais: um componente verbal, *rhêma*, e um componente nominal, *ónoma*. O termo *ónoma*, no contexto do pensamento platônico, significava **designação**, sendo posteriormente cunhado como um termo técnico equivalente a nome; *rhêma*, primeiramente **predicado**, tornou-se equivalente a **verbo**, posteriormente.

Platão concebeu os adjetivos como pertencentes à classe dos *rhêma* por serem representantes de um predicado. Para ele, um adjetivo como *leukós* (branco), frequentemente, funcionava, em grego, como predicado: *Leukòs ho híppos* (o cavalo é branco). Como a *cópula*<sup>5</sup> “é” era suscetível de inserção, Platão afirmava que os adjetivos seriam portadores, também, de uma referência temporal – presente<sup>6</sup>.

Mantendo a mesma divisão platônica entre *ónoma* e *rhêma*, Aristóteles concebeu, também, os adjetivos como pertencentes à classe dos *rhêma*. Aristóteles, no entanto, acrescentou mais um componente sintático, *Sýndesmoi*, que não havia

<sup>3</sup> Saussure (1995) retomará essa discussão no início do século XX, dando o tratamento científico a esse problema. No curso de Linguística Geral, ele explica a arbitrariedade do signo linguístico, por meio da discussão das dicotomias *significante* x *significado*. É importante destacar, no entanto, que algumas teorias pós-estruturalistas contestarão a visão saussuriana acerca dessa questão.

<sup>4</sup> Ibid., p. 24.

<sup>5</sup> Palavra que une dois termos de uma oração ou duas orações. Em Linguística, o termo *cópula* é sempre utilizado como sinônimo de ligação.

<sup>6</sup> Weedwood (2005) afirma que a divisão entre *ónoma* e *rhêma*, empreendida por Platão, está estruturada em uma divisão funcional e semântica, não sendo de natureza formal. Segundo ela, não seria possível esperar que, do ponto de vista formal, adjetivos e verbos pudessem ser classificados juntos numa língua como o grego.



sido pensado por Platão. *Sýndesmoi* viria a ser chamado, nos séculos posteriores, de conjunção, artigo e pronome (ROBINS, 1982).

O paradigma aristotélico foi retomado e melhor articulado pelos estóicos; estes, segundo Robins (1982), ampliaram as classes gramaticais inicialmente delineadas, introduzindo definições mais precisas para dar conta da abrangência morfológica e sintática das novas classes que surgiram como desdobramento progressivo do sistema gramatical anterior. O autor afirmou que os estóicos promoveram a separação do *Sýndesmoi* aristotélico em elementos **variáveis** (pronomes e artigos) e **invariáveis** (preposições e conjunções), restringindo o termo *Sýndesmos* aos elementos invariáveis e *árthra*, aos elementos variáveis.

Ao *ónoma* aristotélico, herdado de Platão, os estóicos dividiram em **nome próprio**, mantendo a nomenclatura *ónoma*, e **nome comum**, que passou a receber a designação de *prosegoría*. Desta última classe (*prosegoría*), separaram-se os advérbios (*mesótes*), que significavam “*aqueles que estão no meio*”, pois morfológicamente estavam mais ligados a termos nominais, mesmo mantendo nítida vinculação sintática com o verbo (ROBINS, 1982). Conforme este autor, a divisão estabelecida pelos estóicos foi aceita por escritores de épocas posteriores, exceto a classe dos *prosegoría*, que foi reconhecida, apenas, como subclasse de *ónoma*.

Os estóicos<sup>7</sup>, transitando na classe dos nomes, e referindo-se aos adjetivos, promoveram uma distinção semântica de fundamental importância do ponto de vista lógico, a saber: opuseram **uma qualidade individual** (ser Sócrates) de uma **qualidade geral** (ser cavalo). Nesse contexto, os adjetivos permaneceram atrelados à classe dos verbos, tal como alocados inicialmente pelo pensamento platônico e aristotélico.

As reflexões promovidas pelos estóicos foram retomadas e ganharam continuidade com os filósofos de Alexandria, tendo, em Dionísio da Trácia, seu maior expoente. Os alexandrinos, diferentemente dos estóicos, debruçaram-se sobre questões linguísticas com vistas ao interesse literário. Dionísio continuou o trabalho de ampliação das classes gramaticais até então existentes, distinguindo oito classes de palavras:

---

<sup>7</sup> A contribuição dos estóicos (334-262 a. C.), no cenário das reflexões linguísticas, segundo Conteratto (2009), representou o marco dos estudos voltados para a regularidade da língua, não se restringindo, apenas, ao problema filosófico, dominante nos séculos anteriores, que discutia a origem da linguagem.

Dionísio da Trácia distinguiu oito classes de palavras, cujo número, com uma alteração que se fez necessária por não existir o artigo em latim, permaneceu constante até os fins da Idade Média na descrição do grego e do latim, e teve grande influência na análise gramatical de diversas línguas modernas da Europa. O sistema de classificação de Dionísio foi considerado uma das suas mais importantes realizações. Os nomes próprios e comuns, distinguidos pelos estóicos, foram reunidos na classe única de *ónoma*; o particípio (*metoche*) foi separado do verbo e passou a ser uma classe independente de palavras; as classes estóicas de *sýndesmos* e *árthron* foram respectivamente divididas em *sýndesmos*, ‘conjunção’ e *próthesis*, ‘preposição’, e em *árthron*, “artigo”, e *antonymía*, “pronome”. O advérbio foi rebatizado com o nome de *epírrhema*, que substituiu o termo *mesótes* dos estóicos [...]. (ROBINS, 1982, p. 26).

No quadro abaixo<sup>8</sup>, apresentamos as oito classes de palavras concebidas por Dionísio da Trácia:

<i>Ónoma</i> (nome)	Parte do discurso que possui flexão de caso e que significa pessoa ou coisa.
<i>Rhêma</i> (verbo)	Parte do discurso sem flexão de caso, mas flexionada em tempo, pessoa e número, que significa atividade ou processo executado ou experimentado.
<i>Metoche</i> (particípio)	Parte do discurso que compartilha das características do verbo e do nome.
<i>Árthron</i> (artigo)	Parte do discurso que possui flexão de caso e que vem antes ou depois dos nomes.
<i>Antonymía</i> (pronome)	Parte do discurso que se pode substituir por um nome e que leva a marca de pessoa.
<i>Próthesis</i> (preposição)	Parte do discurso que se coloca antes de outras palavras no domínio da composição ou da sintaxe.
<i>Epírrhema</i> (advérbio)	Parte do discurso que não possui flexão e que modifica ou acompanha o verbo.
<i>Sýndesmos</i> (conjunção)	Parte do discurso que funciona como elemento de ligação e que ajuda na interpretação do enunciado.

Nesse contexto, os adjetivos sofreram um radical deslocamento da classe em que haviam sido alocados pelos antecessores de Dionísio. Originalmente pensados como um tipo de *rhêma* por Platão, Aristóteles e pelos estóicos, os adjetivos foram removidos, por Dionísio, para a classe dos *ónoma*, uma vez que sua morfologia e sintaxe eram mais parecidas com os nomes gregos e latinos.

Dionísio definiu ainda um tipo de “atributo consequente”, denominado por ele de *parepómēna*, que se referia a diferenças gramaticais relevantes das formas das

<sup>8</sup> O quadro é apresentado por Robins (1982, p. 27).

palavras em que se incluíam as categorias flexionais e derivacionais. Os cinco *parepόμενα* aplicados à classe do nome, segundo Dionísio da Trácia, eram:

*Génos* (gênero): masculino, feminino e neutro; *Eîdos* (tipo): primitivo e derivado; *Schema* (forma): simples e composta – *Mémnon* é simples, *Philódemos* é composto (Philo + demos); *Arithmós* (número): singular, plural e dual; *Ptôsis* (caso): nominativo, vocativo, acusativo, genitivo e dativo. (ROBINS, 1982, p. 27-28).

Sendo as propriedades dos *parepόμενα* inerentes aos nomes, não é de se estranhar que os adjetivos também compartilhassem das mesmas prerrogativas. Robins (1982), comentando acerca do *Eîdos* do adjetivo *gaieios*, afirmou:

O adjetivo *gaieios* (terrestre) é apresentado como um nome derivado, relacionando-se com o nome primitivo *gê* (também *gaîa*, ‘terra’. Entre as subclasses de nomes derivados são arroladas formas do adjetivo no grau comparativo e superlativo (*andreióteros*, ‘mais valente’, e *andreiótatos*, ‘o mais valente’). Desse modo, as formas que poderiam ter servido de critério para distinguir os adjetivos como classe independente tiveram apenas um lugar específico dentro da classe dos nomes. (p. 27-28).

Conteratto (2009) acrescentou que Dionísio denominou o adjetivo como epíteto. Segundo a autora, “o epíteto é tido por ele como um atribuidor que pode indicar elogio ou censura como, por exemplo, sábio, rápido, tímido etc.” (p. 27). Dionísio atrelou a tal definição questões atinentes às diferentes relações representadas pelo adjetivo: *da alma* (ser sábio), *do corpo* (ser rápido) e *do extrínseco* (ser rico) (cf. NEVES, 1987).

É nítida a contribuição de Dionísio no aprimoramento das classes de palavras, particularmente no que se refere aos adjetivos. Nenhum dos pensadores que o precedeu havia tão bem refinado conceitos e propriedades das “partes do discurso”, como eram chamadas as classes de palavras. Embora a obra de Dionísio da Trácia tenha recebido críticas por não ter reservado um capítulo específico que tratasse da sintaxe, mesmo empregando o termo *σύntaxis* ao longo de sua obra, suas observações possibilitaram o amplo tratamento da sintaxe por autores posteriores, como Apolônio Díscolo.

Este autor operacionalizou com as oito classes de palavras existentes e imprimiu à sintaxe o tratamento que havia faltado na *Téchne grammatike*<sup>9</sup>. Assim como fez Dionísio, Apolônio Díscolo atrelou os adjetivos à classe dos nomes, ressaltando que eles indicavam, também, além de elogio e censura, conforme defendia Dionísio, uma atribuição qualquer (ideia de grandeza, de quantidade, de disposição da alma etc.).

Ao conceber os adjetivos como pertencentes à classe dos nomes, Díscolo ressaltou que os adjetivos, sozinhos, não teriam sentido completo. Com isso, defendeu a falta de “liberdade sintática” do adjetivo, uma vez que, para ter sentido completo, ele (o adjetivo) deveria estar atrelado ao substantivo. Para sustentar a ideia da dependência sintática do adjetivo, o autor valeu-se do argumento de que, à semelhança do advérbio - que não tem sentido completo sem a presença de um verbo, o adjetivo também era desprovido de sentido completo, sem o substantivo para acompanhar-lhe.

Os gramáticos medievais, conhecidos como modistas, compartilhavam da mesma noção de dependência do adjetivo; foram eles quem separaram substantivos e adjetivos em duas classes distintas, demonstrando a independência sintática do substantivo (portador de sentido completo) e a dependência do adjetivo em relação ao substantivo<sup>10</sup>.

Os gramáticos romanos, inspirados nas gramáticas gregas, sobretudo na *Téchne* de Dionísio, mantiveram as oito classes de palavras existentes e não promoveram qualquer mudança em relação aos adjetivos. Varrão concebia os adjetivos como pertencentes à classe dos nomes, por possuírem a flexão de caso; Prisciano concebia a classe dos *nomem* como “indicador de substância ou qualidade, atribuindo uma propriedade comum ou particular a todo objeto corpóreo ou coisa” (ROBINS, 1982, p. 45). Logicamente, outras discussões atravessaram as obras de Varrão e Prisciano, e os adjetivos, no entanto, mantiveram-se com as mesmas propriedades descritas pelos gramáticos gregos.

---

<sup>9</sup> A obra gramatical de Dionísio da Trácia.

<sup>10</sup> Semelhante pensamento será defendido posteriormente pelos gramáticos de Port-Royal.

### 3 ADJETIVOS: A DESCRIÇÃO DE PORT-ROYAL

A noção de dependência dos adjetivos, como descrita inicialmente em Díscolo, era compartilhada por Arnauld e Lancelot, na Gramática Geral e Razoada ou, simplesmente, Gramática de Port-Royal. Os autores dedicaram um capítulo para tratar dos substantivos e adjetivos, pensados, por eles, como pertencentes à classe dos nomes. Inicialmente, distinguiram **substância** (substantivo) e **acidente** (adjetivo) como os objetos dos pensamentos humanos:

Os objetos de nossos pensamentos são ou coisas, como *a terra, o sol, a água, a madeira*, o que comumente é chamado substância; ou a maneira das coisas, como *ser redondo, vermelho, sábio*, etc. o que é denominado acidente.

Existe a seguinte diferença entre as coisas e as substâncias, e a maneira das coisas ou dos acidentes: as substâncias subsistem por elas mesmas, enquanto os acidentes só existem pelas substâncias.

É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos: pois, os que significam as substâncias foram denominados *nomes substantivos*; e os que significam os acidentes, designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm, *nomes adjetivo*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31).

A distinção substância/acidente consubstanciou-se como uma dicotomia fundamental para os seguidos argumentos de que os substantivos possuíam independência (sentido completo), o que não ocorria com os adjetivos:

Já que a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram nomes substantivos todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que significam substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto a outros nomes no discurso. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31).

Os sábios de Port-Royal observaram que o adjetivo não possuía sentido completo, não subsistia por si só, quando apresentava, além de sua significação denotativa (chamada por eles de distinta), uma significação “confusa”, conotativa. O argumento foi ilustrado com a palavra rouge (vermelho):

A significação distinta de **rouge** (vermelho) é **rougeur** (vermelhidão); mas o termo significa, designando o sujeito dessa qualidade de modo confuso, donde se vê que ele não subsiste por si só no discurso, porque é preciso

expressar ou subentender a palavra que indica esse sujeito. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 32).

A possibilidade de se criar substantivos a partir de adjetivos, e vice-versa, foi apontada pelos gramáticos de Port-Royal. Para tanto, era necessário operacionalizar com os conceitos de denotação e conotação. A conotação, segundo eles, perfazia o adjetivo, e, ao se “retirar” o traço conotativo dos acidentes, poderíamos criar substantivos. A operação inversa, ou seja, acrescentar conotação às substâncias possibilitava a criação de adjetivos:

Como, pois, a conotação perfaz o adjetivo, quando é retirado dentre as palavras que significam os acidentes, deles se fazem substantivos, como de *coloré* (colorido), *couleur* (cor); *de rouge*, *rougeur*; *de dur* (duro), *dureté* (dureza); *de prudent* (prudente), *prudence* (prudência), etc. E, ao contrário, quando se acrescenta aos termos que significam as substâncias essa conotação ou significação confusa de uma coisa à qual essas substâncias se referem, deles se fazem adjetivos, como de *homme* (homem), *humain* (humano), *genre humain* (gênero humano), *vertu humaine* (virtude humana) etc. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 32).

Os gramáticos de Port-Royal observaram que muitas palavras derivadas da relação substantivo/adjetivo, e vice-versa, eram abundantes em grego e latim e chegaram a afirmar que o hebraico e o francês eram pobres nesse aspecto<sup>11</sup>. Observaram, também, que algumas palavras que designam profissão, como rei, filósofo, pintor e soldado, adjetivos, de fato, se passavam por substantivos por terem, como sujeito implícito, o homem, subentendido sem maiores esforços:

O que faz com que esses nomes passem por substantivos é o fato de que, não podendo ter como sujeito senão o homem, pelo menos ordinariamente e segundo a primeira imposição dos nomes, não foi necessário acrescentar-lhe o substantivo, que pode ser subentendido sem qualquer confusão, já que a relação não pode ser estabelecida com nenhum outro. Por isso, esses nomes assumiram no uso aquilo que é peculiar aos substantivos, que é subsistir sozinhos no discurso. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 33).

---

<sup>11</sup> Os gramáticos de Port-Royal inovaram ao comparar várias línguas, além do grego e latim, com vistas a observar regularidades universais. Desse modo, demonstraram interesse em questões que seriam retomadas mais tarde pela teoria gerativa.

O adjetivo era tratado pelos gramáticos de Port-Royal como um nome, encerrando, aparentemente, a discussão acerca da classe a que devia pertencer os adjetivos<sup>12</sup>.

Em Port-Royal nasceu, também, a ideia de que a sequência NOME ADJETIVO (ex. *Deus invisível*) configurava-se como o resultado de uma sequência anterior (implícita), da forma NOME É ADJETIVO (ex. *Deus é invisível*). Para tanto, os estudiosos de Port-Royal apresentaram o exemplo clássico, ilustrado em 1:

(1) Deus **invisível** criou o mundo **visível**.

Segundo eles, existiam implícitas em 1 três sequências, quais sejam:

- (i) Deus é invisível.
- (ii) O mundo é visível.
- (iii) Deus criou o mundo.

Em 1, tem-se os adjetivos em *posição atributiva*, ou seja, adjetivos ligados ao nome sem intermédio de um verbo de ligação. O adjetivo em posição de atributo era considerado, inicialmente, como fruto de transformações generalizadas ou de transformações de orações relativas; tal noção, já advogada em Port-Royal, dominou as reflexões iniciais da Teoria Gerativo-Transformacional.

Chomsky (1957) postulou que 1 era o resultado de uma transformação generalizada que reunia as sequências (i), (ii) e (iii). Tais explicações, no entanto, foram abandonadas no segundo momento da teoria, pelas inadequações contidas frente aos exemplos que iam sendo estudados. Chomsky (1965) concebeu os adjetivos atributivos não mais como fruto de transformações generalizadas, mas como o resultado de transformações de orações relativas. Desse modo, 1 teria 2 como forma implícita:

---

<sup>12</sup> Conteratto (2009) afirma que, a partir do século XVIII, Harris (1751) voltou a incluir os adjetivos na classe dos verbos e reiniciar as discussões em função do comportamento muito peculiar dessa classe gramatical.

- (2) Deus que é invisível criou o mundo que é visível.

A derivação via cláusula relativa encontrou diversas críticas pela impossibilidade de muitos adjetivos atributos poderem ser gerados a partir da relação predicativa ou atributiva (cf. TEYSSIER, 1968; LUCAS, 1975; BOLINGER, 1967). Compartilhando da mesma opinião, Borges Neto (1979) apresentou os exemplos abaixo, demonstrando a impossibilidade da derivação de um adjetivo predicativo (3b-c) e (4b-c) a partir de um adjetivo atributivo (3a) e (4a):

- (3) a. Um **suposto** comunista.  
 b. \*Um comunista é **suposto**.  
 c. \*Um comunista que é **suposto**.
- (4) a. O físico **nuclear**.  
 b. \*O físico é **nuclear**.  
 c. \*O físico que é **nuclear**.

As observações advindas desses fatos apontaram para a questão fundamental de que os adjetivos apresentavam propriedades sintático-semânticas distintas; sendo assim, os modos de derivação deviam obedecer, também, a diferentes regras. Decorreu, dessa posição, a necessidade imediata de se estabelecer classes de adjetivos, haja vista o comportamento peculiar de palavras agrupadas sob esse rótulo gramatical.

A partir das observações que iam sendo apontadas, surgiu a necessidade de se estabelecer classes diferentes para a distribuição dos adjetivos. Na seção 4, apresentaremos as propostas de classificação de Bolinger (1967), Vendler (1967), Zuber (1973), a fim de seguir na tarefa de apresentar o percurso histórico dos adjetivos<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Existem outras propostas de classificação para os adjetivos; a algumas delas, fazemos referências na parte final deste capítulo. A escolha das descrições de Bolinger, Vendler e Zuber justifica-se pelo fato de eles serem os autores mais citados, em outros trabalhos, quando se recorre à história das classes dos adjetivos.



#### 4 ADJETIVOS: A CLASSIFICAÇÃO DE BOLINGER (1967)

Sob um viés semântico, analisando o inglês, Bolinger (1967) objetivou criticar a ideia de que os adjetivos, em posição de atributo, eram frutos de transformações via cláusula relativa, conforme propôs Chomsky (1965). Segundo o autor, não se podia considerar atributos como resultado de transformações de predicados e, para isso, ele se valeu de exemplos como 5 e 6:

- (5) a. A **total** stranger. (*Um estranho total*).  
 b. \*The stranger is **total**. (*O estranho é total*).
- (6) a. \*An **asleep** man. (*Um homem adormecido*).  
 b. The man is **asleep**. (*O homem está dormindo*).

O que Bolinger queria demonstrar era que, em 5a, o adjetivo *total* liga-se ao substantivo *stranger* diretamente, sem o auxílio de um verbo de ligação (a chamada posição de atributo), e que jamais seria possível derivar uma sentença predicativa (5b) a partir de um atributo, pois, nesse caso, uma derivação como essa violaria alguma restrição sintático-semântica, gerando uma sentença agramatical. Esse mesmo tipo de restrição ocorria, segundo Bolinger, ao se derivar um adjetivo em posição predicativa (6b), resultando numa sentença agramatical. Por meio desses exemplos, Bolinger sustentou a ideia da impossibilidade de derivação de atributo via cláusula relativa.

No entanto, existem adjetivos que parecem, a princípio, admitir a derivação desses dois modos, ou seja, um predicado permitindo a derivação a partir de um atributo, e vice-versa, como se pode observar em 7:

- (7) a. The jewels are **stolen**. (*As joias são roubadas*).  
 b. The jewels **stolen**. (*As joias roubadas*).

O adjetivo *stolen* poderia, desse modo, contrariar a tese inicial de Bolinger (1967), de que não há possibilidade de adjetivos em posição de atributo serem derivados via cláusula relativa; porém, o autor destacou que, mesmo nesses casos,

a passagem de um ao outro uso, permeado por transformações, carecia de regularidade. Para ele, uma sentença como 7a seria de natureza ambígua, apresentando duas possibilidades de interpretação. Na primeira, denominada por Bolinger de ação, estaríamos diante de um caso de sentença passiva; na segunda, chamada de **característica**<sup>14</sup>, teríamos não mais uma sentença passiva, mas um adjetivo qualificativo.

Por outro lado, as sentenças 8 e 9, abaixo, seriam não ambíguas, pois enquanto em 8 estaríamos diante de uma **característica**, em 9 estaríamos diante de uma **ação**:

(8) The **stolen** jewels. (*As jóias roubadas*)

(9) The jewels **stolen**. (*As jóias roubadas*)

Todavia, havendo a derivação *The stolen jewels* diretamente de *The jewels are (were) stolen*, derivaríamos uma sentença não-ambígua de uma sentença ambígua, como também estaríamos diante de uma sequência ilógica, como indica os exemplos abaixo<sup>15</sup>:

The jewels are stolen    →    The jewels stolen    →    The stolen jewels  
 (+ característica)                      (- característica)                      (+ característica)

Borges Neto (1979) comentou esse caso nos seguintes termos:

Uma sentença ambígua transforma-se em uma sentença não-ambígua tendo a palavra 'stolen' marcada como 'ação' (característica) e esta sentença, por sua vez, transforma-se em outra onde 'stolen' não é mais 'ação' porém, característica' (BORGES NETO, 1979, p. 8).

Para solucionar as restrições que impossibilitavam alguns adjetivos de aparecerem nas posições de atributo e predicativo, Bolinger (1967) propôs dois tipos

<sup>14</sup> Nesse caso, "stolen" indicaria uma característica de "jewels".

<sup>15</sup> O exemplo é esquematizado por Borges Neto (1979, p. 8).

de *be-predications*<sup>16</sup>. Segundo ele, apenas os adjetivos *be-predications* seriam derivados de transformação de apagamento de oração relativa<sup>17</sup>. Com as investigações que promoveu, Bolinger demonstrou que havia nítida diferença entre a modificação exercida pelo predicativo e a modificação exercida pelo atributo.

O argumento usado por Bolinger para justificar o uso atributivo de certos adjetivos e a impossibilidade de uso, nessa mesma posição, por outros, estava fundamentada na noção de adjetivos **temporários** (*be<sub>temp</sub>*) e **não temporários** (*be<sub>ntemp</sub>*), diferenciando, assim, dois tipos de *be*.

Para Bolinger, somente os adjetivos não temporários (*be<sub>ntemp</sub>*) poderiam ser usados atributivamente e, na defesa dessa tese, ele apresentou os seguintes exemplos:

- (10) a. The girl is **foolish**. (*A menina é tola*).  
 b. The **foolish** girl. (*A menina tola*).  
 c. The girl is **faint**. (*A menina está desmaiada*).  
 d. \*The **faint** girl<sup>18</sup>. (*A menina desmaiada*).

O **be temporário** (*be<sub>temp</sub>*) é responsável por indicar uma qualidade passageira, conforme se observa em 10c-d, em que o adjetivo “faint” apresenta o estado temporário em que a menina se encontra; já o **be não temporário** (*be<sub>ntemp</sub>*) indica uma qualidade não temporária da menina, conforme ilustra o adjetivo “foolish” em 10a-b.

Diante das constatações preliminares, Bolinger (1967) alertou que, embora a noção de temporalidade desse conta de explicar um grande número de restrições de uso dos adjetivos, outros tantos casos fugiam a essa explicação. Apresentado o critério pelo qual seria possível justificar o uso atributivo de certos adjetivos e a impossibilidade desse mesmo uso em outros casos, Bolinger, após apresentar os dois tipos de adjetivos, apontou dois tipos de modificações exercidas por eles, a

<sup>16</sup> Distintamente do inglês, o português apresenta duas marcas formais para o *be-predications* de Bolinger: *ser* e *estar*.

<sup>17</sup> Esse argumento consta na gramática de Port-Royal.

<sup>18</sup> Diferentemente do inglês, essa sentença é gramatical em português. Conteratto (2009) chama atenção, no entanto, para o fato de que, tanto no inglês quanto no português, o adjetivo *desmaiada* é incompatível com o verbo “ser”.

saber: **modificação de referente** e **modificação de referência**. Vejamos os exemplos em 11, apresentados pelo autor:

(11) a. The boy is a **student**. (*O menino é um estudante*).

b. The student is **eager**. (*O estudante é ansioso*).



c. The boy is an **eager student**. (*O menino é um estudante ansioso*).

A discussão de Bolinger permeou a questão semântica que existe entre “O estudante é ansioso” e “O menino é um estudante ansioso”. Para o autor, em 11a há o destaque da impaciência de um indivíduo que também é estudante; em 11b, centra-se em um indivíduo que só é impaciente enquanto estudante.

Bolinger argumentou, então, que os adjetivos predicativos eram, preferencialmente, modificadores de referente, enquanto os atributos eram modificadores de referência, ou seja, a **modificação de referente** estava para a leitura predicativa enquanto a **modificação de referência** estava para a leitura atributiva.

Diante dessa discussão, o autor apresentou a noção de *transferibilidade*. De acordo com ele, adjetivos de referentes tendem a ser transferíveis de um nome a outro, o que não acontece com os adjetivos de referência. Para esclarecer tal noção, apresentou os seguintes exemplos:

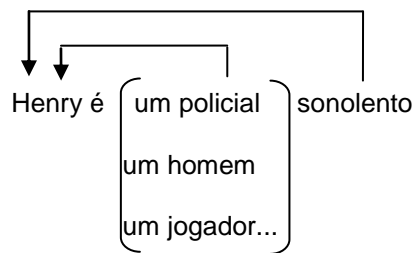
(12) a. Henry is a **drowsy** policeman/ man / father. (Henry é um policial sonolento / um homem sonolento / um pai sonolento).

b. Henry is a **smart** student. (Henry é um estudante esperto).

Para Bolinger, em 12a, a ligação que se estabelece entre o adjetivo *drowsy* (*sonolento*) e *Henry* é independente da ligação entre *Henry* e *policeman*. Desse modo, *policeman* poderia ser substituído por qualquer outro nome sem alterar a relação que se estabelece entre *drowsy* e *Henry*. Em 12b, nota-se que *Henry* só é

esperto na condição de estudante. Borges Neto (1979) estudou esse mesmo exemplo e argumentou:

É importante notar que Bolinger destaca o fato de “drowsy” se aplicar diretamente ao sujeito e ser independente do nome no qual se liga. Em outras palavras, Bolinger está afirmando que “drowsy” e “policeman” são predicados do mesmo nível. Sendo assim, o fato de Henry ser um policial é acidental em relação ao fato de Henry ser sonolento e, em princípio, o fato de Henry ser, além de policial, pai, marido, jogador de truco, torcedor do Palmeiras etc., não muda a relação que dá entre ele e a propriedade ‘sonolento’. Representando isso em um gráfico, teremos:



A ligação se dá entre ‘sonolento’ e ‘Henry’ independentemente do que possa ser colocado no lugar de ‘um policial’. (p. 26).

Podemos explicar a noção de *transferibilidade* do seguinte modo: um adjetivo X será transferível de um nome a outro desde que os nomes se refiram ao sujeito, ou seja, só haverá *transferibilidade* na presença de uso **predicativo** do adjetivo. Em 12a, ‘sonolento’ é transferível de um nome a outro, desde que os nomes se refiram a *Henry*. Desse modo, chegou-se à conclusão de que os adjetivos modificadores de referente eram *transferíveis* enquanto os adjetivos modificadores de referência eram *não transferíveis*.

Depreende-se da discussão de Bolinger (1967) que a noção de transferibilidade não ultrapassava o desejo do autor de explicitar, apenas, o uso atributivo e predicativo do adjetivo.

## 5 ADJETIVOS: A CLASSIFICAÇÃO DE VENDLER (1968)

Vendler (1968), ao analisar o comportamento dos adjetivos em inglês, propôs nove classes, a saber: A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9. Ele defendeu que os adjetivos atributos podiam ser resultado de transformações de predicativos e, com a subdivisão proposta, tentou dar conta de explicar irregularidades que iam surgindo.

No entanto, em sua descrição, apenas as classes A1 e A2 são apresentadas claramente. Conforme o autor, a classe dos A1 é resultante de transformação via cláusula relativa (cf. Chomsky, 1965), como ilustram os exemplos em 13:

- (13) a. **Beautiful** dancer. (*Dançarina bela*)  
 b. Dancer who is **beautiful**. (*Dançarina que é bela*)

Segundo Vendler, **(X)** é derivada de **(Y)**, tendo **(Y)** como estrutura subjacente, como indica o esquema abaixo:

**(Y)** A dançarina **que é** bela.       $\longrightarrow$       **(X)** A dançarina bela.

Enquanto os adjetivos do tipo A1 estão ligados de forma **direta** ao nome, os adjetivos das outras classes se relacionam **indiretamente** com o nome, o que não foi totalmente demonstrado.

A propósito da classe dos adjetivos A2, o autor a descreve como uma classe que indicava medida, e que provinha, também, de orações relativas. A distinção da classe A1 para a classe A2, no entanto, residia no fato de que em A2, entre o nome (N) e o adjetivo (A), existia um **nome de dimensão (Nm)**, provendo a ligação indireta entre o nome e o adjetivo. Para sustentar essa afirmação, Vendler apresentou o exemplo ilustrado em 14:

- (14) **Big/ big** elephant. (*grande / elefante grande*).

Em 14, é possível observar, segundo o autor, que a ligação entre o nome *elefante* e o adjetivo *grande* era indireta, tendo *grande* (adjetivo) com dupla e coincidente função: nome de dimensão (largura, altura, comprimento etc.) e adjetivo, numa relação **N cujo Nm é A**.

A partir das classes A3, Vendler torna a descrição extremamente confusa. Os exemplos não são suficientemente esclarecidos, o que gerou inúmeras críticas ao seu trabalho. As críticas concentraram-se, sobretudo, no fato de ele ter circundado em uma taxonomia exagerada, explicitando poucas generalizações, não tendo

deixado suficientemente claros os critérios utilizados para determinar as nove classes de adjetivos, além de não ser claro em outros tantos pontos. No que tange às classes A3 à A9, a única noção que emerge dos exemplos é que a relação entre o adjetivo e o nome é feita de forma indireta. Essa relação indireta, no entanto, não foi devidamente demonstrada.

## 6 ADJETIVOS: A CLASSIFICAÇÃO DE ZUBER (1973)

Zuber (1973), analisando o polonês, propôs uma distinção bem mais sucinta que Vendler (1968), distinguindo duas formas de classificação para os adjetivos, a saber: adjetivos *categoremáticos* e adjetivos *sincategoremáticos*.

Um adjetivo será *categoremático* quando seu sentido é estabelecido independentemente do sentido do nome com o qual se liga. Um adjetivo será *sincategoremático* quando seu sentido estiver intimamente ligado ao sentido do nome. Nestes termos, Zuber propôs a seguinte implicação para classificar os adjetivos: NP1 é NP2 A → NP1 é NP2 e NP1 é A<sup>19</sup>.

No sentido de esclarecer a implicação acima apresentada, Zuber apresentou os seguintes exemplos:

- (20) a. Pierre est un jeune **marié**. (*Pierre é um jovem casado*).  
 b. Pierre est **marié** et il est jeune. (*Pierre é casado e ele é jovem*).  
 c. Pierre est un étudiant **chauve**. (*Pierre é um estudante calvo*).  
 d. Pierre est un étudiant et il est **chauve**. (*Pierre é estudante e ele é calvo*).

O autor argumentou que 20a não implicava 20b, mas que 20c implicava 20d; desse modo, nos casos em que a implicação for verdadeira, o adjetivo será *categoremático*; nos casos em que a implicação for falsa, o adjetivo será *sincategoremático*. Desse modo, “jeune”, em 20a-b, é *sincategoremático*, enquanto “chauve”, em 20c-d, é *categoremático*.

Em suma, vimos que Bolinger (1967) se ateu ao estudo dos adjetivos, objetivando criticar a ideia de que eles, em posição de atributo, seriam fruto de transformações via cláusula relativa. Para tanto, o autor propôs dois tipos de *be-*

<sup>19</sup> NP trata-se de um sintagma nominal.

*predications*, fundamentado na noção de adjetivos **temporários** ( $be_{temp}$ ) e **não temporários** ( $be_{ntemp}$ ). Vendler (1968), por sua vez, diferente de Bolinger, defendeu que os adjetivos atributos podiam ser resultados de transformações de predicativos e, para tanto, propôs a subdivisão dos adjetivos em nove classes. Zuber (1973) focou o mesmo objeto de estudo de Bolinger e Vendler, estabelecendo uma distinção entre adjetivos categoremáticos e sincategoremáticos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procuramos apresentar um pouco da história da classe dos adjetivos, ao longo do pensamento ocidental, partindo das reflexões platônicas e aristotélicas, passando pelas bases romanas e ramificações. Demonstramos que os adjetivos foram objeto de investigação no quadro inicial das reflexões chomskyanas, bem como apresentamos os desdobramentos que se seguiram às noções iniciais de que o adjetivo em posição de atributo era fruto de transformações generalizadas ou de transformações de orações relativas. Tal desdobramento deu-se no âmbito de várias propostas de classificação, visando ratificar ou refutar tais concepções; das propostas que versaram sobre esse assunto, destacamos três, a saber: Bolinger (1967), Vendler (1967), Zuber (1973).

A descrição a que nos detivemos, ao longo do capítulo, visou, tão somente, apresentar algumas das primeiras reflexões e propostas de classificação para os adjetivos. Discutir mais profundamente as implicações de uma ou outra classificação, associando a outros estudos posteriores que procuraram, também, distribuir os adjetivos em classes, fugiria aos propósitos do mesmo. É lícito, no entanto, destacar que um verdadeiro exército de pesquisadores se debruçou em torno da temática em comento. Alguns autores trilharam caminhos paralelos, parcialmente opostos, ou totalmente opostos às propostas de Bolinger, Vendler e Zuber.

Dentre as muitas investigações, destacamos algumas com o objetivo de indicar um primeiro caminho de leituras para aqueles que vierem a se interessar pela temática. Os trabalhos citados remetem a outras investigações, estabelecendo, assim, uma teia de referências que pode servir de base de pesquisa, o que poderá



poupar o trabalho de “arqueologia” àqueles que trilharem os caminhos dos estudos dos adjetivos.

Analisando outras línguas, que não o português, encontramos trabalhos como: Siegel (1976), tratando, dentre outros aspectos, da questão da ambiguidade; Carlson (1977), que retomou as reflexões aristotélicas no que tange à noção de referência temporal dos adjetivos, entre outros assuntos; Levi (1978), que continuou focado no emprego das duas formas dos adjetivos: atributiva e predicativa; Dixon (1982), que tratou da classificação dos adjetivos pelo viés da noção de campo semântico.

Analisando o português, muitos estudos investigaram os mais diversos aspectos dos adjetivos; questões como a ergatividade, a gradação, categorias vazias, posição dos adjetivos no sintagma nominal, Processamento Automático das Línguas Naturais (PLN) foram objeto de investigação. Dos principais trabalhos que trataram dessas e outras propriedades, destacam-se: Alkmin (1975), Vannucchi (1977), Pazini (1978), Lemle (1979), Borges Neto (1979), Kato (1989, 1990), Boff (1991), Silva e Pria (2001, 2002), Silva (2008), Rio-Torto (2006), Conteratto (2009).

O quadro que apresentamos não conseguiria reunir todas as investigações empreendidas em torno da temática. Esperamos que o breve panorama apresentado possa demonstrar que as indagações acerca dos adjetivos seguem longa trajetória no pensamento ocidental.

No próximo capítulo, resgataremos uma parte da história de constituição da classe dos adjetivos no âmbito da língua portuguesa no Brasil. Para isso, recorreremos às noções apresentadas no primeiro capítulo acerca dos adjetivos atributos e predicativos que, como veremos, serão “rebatizados” pós NGB como adjunto adnominal e predicativo. Tendo a NGB como pano de fundo da discussão, descreveremos como quatro gramáticas abordam a classe dos adjetivos. Veremos que, nessas gramáticas, a preferência, ao se estabelecer diferentes classes de adjetivos, ocorre por meio do viés semântico. Esse viés parece esconder noções intuitivas que temos acerca dos traços objetivos e subjetivos apresentados pelos adjetivos e, conseqüentemente, a posição que eles ocupam, à direita ou à esquerda do nome.

O posicionamento dos adjetivos numa ou noutra posição não é o foco das gramáticas analisadas, mas, tocam, indiretamente, nessa questão ao propor distintas classificações para os adjetivos. Será o foco da discussão, o fato de haver,

nas quatro gramáticas analisadas, uma diversidade nomenclatural para se referir às mesmas propriedades dos adjetivos. Demonstraremos que, passadas cinco décadas da edição da NGB, ainda existe um conflito terminológico em nossas gramáticas, contrariando o objetivo da edição da Portaria nº 36 de 28/01/59, que instituiu a padronização da nomenclatura gramatical no país.

## CAPÍTULO II: ADJETIVOS NAS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS

*A gramática tradicional e a estruturalista não tratam as questões de 1 (O que constitui o conhecimento da língua?), a primeira pela sua confiança implícita na inteligência não analisável do leitor, a segunda pelo seu escopo limitado. [...] uma boa gramática tradicional ou pedagógica apresenta uma lista completa de exceções [...], paradigmas e exemplos de construções regulares e observações com vários níveis de pormenor e de generalidade acerca da forma e do significado de expressões. Contudo, não analisa a questão de como o leitor da gramática usa tal informação para atingir o conhecimento que é usado na formação e interpretação de novas expressões, nem a questão da natureza e dos elementos desse conhecimento. [...]*

*(Chomsky, 1994, p. 26)*

### 1 INTRODUÇÃO

O interesse pelos adjetivos não é novo no cenário de investigações no campo da linguagem. O percurso apresentado no capítulo anterior visou traçar um cenário externo de como o estudo, em torno dessa temática, surgiu e se desenvolveu, no decurso do tempo, para dar conta dos mais variados aspectos adjetivais, nas mais variadas línguas. Do mesmo modo como as investigações, acerca do adjetivo, seguiram uma trajetória externa, a configuração dessa classe apresenta, internamente, no cenário da língua portuguesa, no Brasil, aspectos interessantes que merecem ser retomados e discutidos.

Neste capítulo, descreveremos como a classe dos adjetivos era tratada antes do advento da NGB, que tratou de uniformizar o excesso de nomenclaturas existentes no ensino de português, no Brasil, antes do ano de 1959. Apontaremos que mesmo depois da Portaria nº 36 (de 28 de janeiro de 1959), que instituiu a NGB

no Brasil, é possível perceber, nas gramáticas do português, uma falta de padronização no que tange, especificamente, às classes<sup>20</sup> de adjetivos.

Cinco décadas depois da NGB, é possível notar, ainda, a presença de uma nomenclatura conflitante para se referir às subclasses de adjetivos nas gramáticas do português. Embora as gramáticas<sup>21</sup> não façam uso da expressão **classes de adjetivos**, as descrições, nelas encontradas, possibilitam perceber que os compêndios tradicionais escondem noções intuitivas, bastante interessantes, quanto ao comportamento dos adjetivos e suas relações com os substantivos, o que, necessariamente, impulsiona as pesquisas linguísticas na direção do estabelecimento de classes para dar conta das diferentes propriedades que os adjetivos podem apresentar.

Visando alcançar o objetivo traçado para este capítulo, analisaremos quatro gramáticas do português, a saber: André (1997), Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009). Argumentaremos que, mesmo não fazendo referência explícita às classes de adjetivos, as gramáticas, implicitamente, sinalizam nessa direção, utilizando uma nomenclatura variada, inclusive, para tratar do mesmo tipo de adjetivo.

## 2 O ADJETIVO ANTES E PÓS NGB: TIPOS E PROPRIEDADES

Antes do advento da NGB<sup>22</sup>, o ensino de português, no Brasil, era marcado por um total conflito no emprego de termos. O espaço que cabia aos adjetivos, nesse cenário, refletia o excesso de nomenclatura existente para tratar, também, dessa classe gramatical.

---

<sup>20</sup> Algumas gramáticas que usamos nas análises não utilizam explicitamente a expressão “classes”, mas, pela descrição que apresentam, é possível interpretar, implicitamente, que elas se referem a **tipos** de adjetivos quando demonstram, por exemplo, que um **adjetivo explicativo** “frio – gelo frio” é diferente de um **adjetivo restritivo** “preciosa – pedra preciosa” (ANDRÉ, 1997). Defendemos que ao se estabelecer uma nomenclatura como **explicativo**, **restritivo**, **pátrio**, por exemplo, as gramáticas estão se referindo a tipos de adjetivos no interior da classe.

<sup>21</sup> Azeredo (2008) é o único a utilizar o termo “subclasses” ao tratar dos adjetivos.

<sup>22</sup> A NGB foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de janeiro de 1959. Para se chegar a ela, o Ministro da Educação, na época, Clóvis Salgado da Gama, expediu a portaria n.º. 152, de 24/04/1957, nomeando comissão para elaborar o projeto de simplificação e padronização da nomenclatura gramatical. A comissão designada entregou o anteprojeto ao Ministro em 13/08/1957. A comissão que tratou da matéria foi composta por: Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e os assessores Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

Chediak (1960), *apud* Henriques (2009), comentou que em 1956, por ocasião dos exames de admissão da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil (futura Faculdade de Odontologia da Universidade do Rio de Janeiro), a banca de língua portuguesa deparou-se com 13 classificações distintas para o adjetivo “bom” na sentença “O bom brasileiro zela pelo progresso do Brasil”, quais sejam: *Adjunto atributivo; Adjunto restritivo; Adjunto limitativo; Adjunto adjetivo; Adjunto determinativo; Adjunto demonstrativo; Adjunto determinativo demonstrativo; Complemento atributivo; Complemento restritivo; Complemento limitativo; Complemento adjetivo; Complemento qualificativo; Complemento do nome, não preposicionado.*

Cada professor de português, por não haver uma nomenclatura única para tratar do mesmo elemento gramatical, adotava uma terminologia que lhe era mais familiar, o que tornava a classificação do adjetivo, em particular, tarefa quase hercúlea, devido à excessiva nomenclatura existente.

Tal situação, segundo Henriques (2009), gerava polêmicas e discussões, prejudicando direta e exclusivamente os estudantes que tinham que operacionalizar com uma variedade de códigos terminológicos que lhes eram cobrados nos exames. Abaixo, apresentamos como a classe dos adjetivos era descrita na obra de Said Ali<sup>23</sup>, bem como discutimos as principais mudanças com a publicação da NGB.

---

<sup>23</sup> Manoel Said Ali (1861-1953) foi uma das grandes autoridades da filologia no Brasil. Professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e membro da Academia Brasileira de Filologia, escreveu diversas obras, dentre as quais se destacam: *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908), *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1923), *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1925), *Versificação Portuguesa* (1948) e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (s.d). O estudo da classe dos adjetivos não poderia excluir a obra de Said Ali em função da importância de seus trabalhos na elaboração de descrições gramaticais do português. A obra do gramático servia, com frequência, como fonte de referência, por grande parte dos professores de português, contemporâneos do autor, que se apropriavam da nomenclatura empregada pelo estudioso. A versão que utilizaremos, revista pelo professor Evanildo Bechara, um dos discípulos de Said Ali, conserva o chamado adjetivo Determinativo que, como veremos, deixará de existir pós NGB.

## 2.1 Tipos de adjetivos

Antes da NGB, era comum encontrar dois tipos de adjetivos, a saber: **adjetivos determinativos e adjetivos qualificativos**. Sobre eles, Said Ali (1964) comentou:

Sistema gramatical antigo inclui na categoria dos adjetivos todos esses vocábulos delimitadores e individualizadores, denominado-os adjetivos DETERMINATIVOS, ao passo que para os adjetivos pròpriamente (*sic*) ditos reserva o nome de adjetivos QUALIFICATIVOS. Não adotam tal sistema Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias (sintaxe Histórica), Cortesão e J. J. Nunes. Bourciez, romancista notável, igualmente se abstém de incluir na categoria dos adjeivos (*sic*) os pronomes-adjetivos e os numerais. (p. 50).

Adjetivo determinativo era compreendido como “outras palavras que se juntam a substantivos, sem, entretanto, denotarem qualidade, propriedade etc. Servem para delimitar ou individualizar os seres” (SAID ALI, 1964, p. 50). Nos exemplos em 1, essa função delimitadora/individualizadora é exercida pelos pronomes adjetivos ou pronomes-adjuntos, (1a) e (1b), e pelos quantitativos (como eram também chamados os numerais), (1c) e (1d):

- (1) a. **Estes** garotos.  
 b. **Aqueles** garotos.  
 c. **Dois** garotos.  
 d. **Vários** garotos.

Como esses determinativos eram desprovidos da capacidade de atribuir qualidade, não eram vistos como adjetivos propriamente ditos (usando as palavras de Said Ali), mas eram, frequentemente, agrupados no capítulo reservado aos adjetivos, o que sinalizava uma enorme contradição que foi resolvida com a NGB<sup>24</sup>.

Aos adjetivos qualificativos cabia a função de qualificar, de atribuir propriedades aos substantivos (modificando a compreensão que temos acerca deles). Os exemplos a seguir ilustram que distintas propriedades são atribuídas à palavra “garoto”, em função da modificação exercida pelo adjetivo:

<sup>24</sup> A NGB excluiu os determinativos, distribuindo-os nas classes dos pronomes e numerais. O termo “adjetivo”, pós NGB, ficou restrito, apenas, aos adjetivos qualificativos.

- (2) a. O garoto **bonito**.  
 b. O garoto **veloz**.  
 c. O garoto **alto**.  
 d. O garoto **bondoso**.

Ao lado da dicotomia determinativo/qualificativo, as gramáticas da língua portuguesa distinguiam, também, dois tipos de relação que os adjetivos mantinham com o substantivo, a saber: relação atributiva e relação predicativa. O adjetivo era tido como atributo (ou adjunto atributivo) quando se ligava ao nome sem intermédio de um verbo de ligação, como nos exemplos em 2.

A relação era predicativa, quando o adjetivo se ligava ao substantivo por intermédio de um verbo de ligação, como nos exemplos em 3:

- (3) a. O garoto é **bonito**.  
 b. O garoto é **veloz**.  
 c. O garoto é **alto**.  
 d. O garoto é **bondoso**.

Neste caso, o adjetivo era comumente classificado como núcleo do predicado ou adjunto predicativo. Com a NGB, a distinção entre atributo e predicado foi mantida; no entanto, a nomenclatura para se referir a eles, não. Ao atributo, a NGB chamou de **adjunto adnominal**, e ao predicado (ou adjunto predicativo) chamou de **predicativo** (cf. CUNHA E CINTRA, 2003).

Quanto aos adjetivos pátrios, Said Ali (1964) afirmou tratar-se de “adjetivos que derivam de nomes próprios de países, províncias, regiões, cidades” (p. 51). No entanto, se designassem uma raça ou um povo, o autor distinguia-os em Étnicos ou Gentílicos, conforme ilustram os exemplos em 4:

- (4) a. Rapaz **européu**.  
 b. Rapaz **americano**.  
 c. Rapaz **brasileiro**.

A NGB omitiu os termos Étnicos ou Gentílicos, mantendo, apenas, o termo Adjetivo Pátrio para dar conta desse tipo de palavra.

## 2.2 Adjetivos: propriedades morfológicas

Em relação à flexão do adjetivo, a NGB não promoveu qualquer mudança, cabendo aos autores das gramáticas posteriores continuarem o trabalho de apontar as desinências morfológicas que marcam as flexões de gênero (masculino/feminino) e número (singular/plural), exatamente como apresentou Said Ali, conforme podemos visualizar no quadro 1, abaixo, onde também encontramos as exceções tratadas por ele:

**Quadro 1 – Propriedades Morfológicas dos Adjetivos**

Gênero/Número do Adjetivo	Explicação	Exemplo
MASCULINO	São do gênero masculino os adjetivos terminados em –O	alto
FEMININO	Obtém-se o feminino mudando –O em –A	alta
	Com acréscimo de –A formam o feminino	nu, nua; bom, boa (em vez de boa, forma antiga)
	Os terminados no ditongo nasal –ÃO, sendo derivados aumentativos, formam geralmente o feminino mudando –ÃO em –ONA	toleirão, toleirona; bonacheirão bonacheirona
	Os demais adjetivos em –ÃO mudam no feminino esta terminação em –Ã	folgazão folgazã; loução louçã; são – sã; alemão – alemã
	Há excepcionalmente a forma –AO para betroa (ao lado de betrã), tabelioa	
	Os adjetivos em –OR tomam por via de regra o acréscimo de –A.	animador animadora; merecedor merecedora; prometedor prometedora
	Adjetivos terminados em –EU mudam terminação em ÉIA	europeu européia; hebreu – hebréia
	Os que terminam em –ÊS acrescentam -A	português portuguesa; inglês – inglesa; burguês - burguesa



SINGULAR/PLURAL	Os adjetivos acabados em vogal formam, como os substantivos, o plural com o acréscimo de -s; os terminados em consoante tomam em regra geral -ES	rico – ricos; forte – fortes; vulgar vulgares; sagaz sagazes; cortês corteses
	OBS I – Sendo a terminação -EM, -IM, -OM ou -UM, muda-se, na escrita, M em N antes de acrescentar -S	virgem – virgens; ruim – ruins; bom – bons; comum comuns
	OBS II – O vocábulo <i>simples</i> conserva-se hoje invariável. Outrora dizia-se <i>símplices</i> .	_____
	Os terminados em -AL, -OL, -UL eliminam a consoante L antes de tomarem -IS (por -ES)	fatal – fatais; espanhol espanhóis; azul azuis
	Nos adjetivos acabados em -EL, a eliminação da consoante dá lugar a que tais adjetivos terminem no plural em -IES	cruel – cruéis; afável – afáveis
	Os terminados em -IL têm o plural em -IS se forem oxítonas, e em EIS se forem paroxítonas	sutil – sutis; gentil – gentis; hábil hábeis; fácil fáceis
	Os que acabam em -ÃO mudam a terminação em -ÕES	folgazão folgazões; valentão
	Excetuam-se: 1º os que têm o plural em -ÃOS 2º os seguintes, que formam o plural em -ÃES	louçã, pagã, temporã, sã, vã alemã, catalã, charlatã
EXCEÇÕES	mau faz má	
	Os terminados em vogal nasal, excetuando bom e chim (que faz china), não variam para o feminino	pano ruim – fruta ruim; delito comum – casa comum; mato virgem – terra virgem
	Servem para ambos os gêneros os adjetivos que acabam em -E, -L, -AZ, -IZ, -OZ, -ES, -EZ e -AR	café forte, bebida forte; homem feliz mulher feliz; trabalho útil, obra útil, etc.
	<i>Espanhol faz por exceção espanhola. Há um adjetivo em -UZ: andaluz que faz andaluza</i>	
	Excetuam-se os seguintes, que permanecem invariáveis:	cortês, montês, pedrês, tremês
	Existem os femininos de procedência erudita	diretriz. bissetriz, motriz (a par de motora)
	Os seguintes mudam -EU em -IA	judeu – judia; sandeu – sandia
Mudam -EU em -OA:	ilhéu – ilhoa; tabaréu - tabaroa	

Quanto ao grau, Said Ali distinguia três tipos: Grau Comparativo, Grau Positivo e Grau Superlativo (Relativo e Intensivo). Acerca do Grau Comparativo, o autor afirmou que os seres apresentam qualidades que podem ser comparadas com outros, pois partilham da mesma característica que pode ser igual, superior ou inferior. Os exemplos em 5, oferecidos pelo autor, ilustram a relação de comparação em comento:

- (5) a. Paulo é **tão forte como** Guilherme. [Igualdade].  
 b. João é **mais forte do que** o irmão. [Superioridade].  
 c. Henrique é **menos forte do que** Paulo. [Inferioridade].

O Grau Positivo<sup>25</sup> realizava-se “enunciando-se simplesmente a qualidade sem fazer confronto” (p. 54), conforme é possível observar no exemplo 6, em que é apresentada, apenas, a qualidade que se atribui a Paulo, sem, contudo, confrontá-la de qualquer outro modo:

- (6) a. Paulo é **forte**.  
 b. Paulo é **bonito**.

O Grau Superlativo relativo é apontado como responsável por fazer sobressair “com vantagem ou desvantagem, a qualidade de um ou mais seres de entre uma totalidade de seres que tenham a mesma qualidade, e assim pode-se pôr em relevo não somente a superioridade, mas também a inferioridade” (p. 54). Para este caso, o autor apresentou os exemplos em 7:

- (7) a. Paulo é o rapaz **mais forte** do colégio.  
 b. Laura é **a menos carinhosa** de tôdas estas crianças.

O grau Superlativo Intensivo “é a forma que toma o adjetivo para significar que a qualidade ou atributo de um ser ultrapassa a noção comum que se tem dessa

---

<sup>25</sup> A NGB excluiu o grau Positivo, reconhecendo, apenas, dois tipos de grau: Comparativo e Superlativo. É curioso notar, no entanto, que Bechara (2009) continua distinguindo os três tipos de gradação (Positivo, Comparativo e Superlativo), tal como Said Ali.

qualidade ou atributo” (p. 54). Este grau se forma, segundo o autor, por meios de dois processos:

1° Anteposição da palavra “muito” ao adjetivo:

- (8) a. Laborioso = **muito laborioso**  
 b. Quente = **muito quente**

2° Junção de uma terminação, que em geral é –ÍSSIMO:

- (9) a. Laborioso = **laboriosíssimo**  
 b. Quente = **quentíssimo**

Após a NGB, o grau Superlativo Intensivo passou a se chamar Superlativo Absoluto, e esses dois processos ilustrados em 8 e 9 passaram a ser chamados, respectivamente, como superlativo absoluto analítico e superlativo absoluto sintético. Quanto ao grau comparativo, foi mantido; já o positivo, excluído.

Na próxima seção, apresentaremos como as subclasses dos adjetivos são descritas nas gramáticas de André (1997), Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009). Tentaremos demonstrar que algumas noções com que estes autores operacionalizam são muito parecidas, divergindo, apenas, nos caminhos que percorrem para explicar as relações que os adjetivos mantêm com os substantivos e na nomenclatura que empregam<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A escolha das gramáticas foi feita levando-se em conta o critério temporal. Em função disso, selecionamos uma obra da metade da década de 1990 e outras três do início e final da década de 2000.

### 3 O ADJETIVO NAS GRAMÁTICAS ATUAIS

É possível encontrar, nas gramáticas atuais, diversas classificações para os adjetivos. O quadro 2, abaixo, sintetiza a variedade de termos encontrados para se referir às diferentes propriedades apresentadas por eles:

**Quadro 2 - Classificação dos adjetivos em quatro gramáticas do português do Brasil**

<b>André (1997)</b>	<b>Cunha e Cintra (2003)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Adjetivo Explicativo</li> <li>* Adjetivo Restritivo</li> <li>* Adjetivo Pátrio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Adjetivo de Caracterização</li> <li>* Adjetivo de Relação</li> </ul>
<b>Azeredo (2008)</b>	<b>Bechara (2009)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Adjetivos de Relação ou Classificadores</li> <li>* Adjetivos Qualificadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Adjetivos Explicadores</li> <li>* Adjetivos Especializadores</li> <li>* Adjetivos Especificadores</li> </ul>

Discutiremos cada uma delas com vistas a demonstrar que é possível a simplificação de alguns conceitos e, conseqüentemente, da nomenclatura variada para se referir aos adjetivos.

#### 3.1 Tipos de Adjetivos: a descrição de André (1997)

A “Gramática ilustrada” de André (1997) caracteriza o adjetivo a partir de critérios semânticos, nestes termos: “Adjetivo é uma palavra que expressa qualidade, propriedade ou estado do ser” (p. 134), podendo ser classificado como: Explicativo, Restritivo e Pátrio.

Quanto aos termos “explicativo” e “restritivo”, notamos que o autor os resgata, basicamente, de uma das subdivisões apresentadas pela descrição medieval: a dos adjetivos **Qualificativos** (restritivo e explicativo).

Como vimos no capítulo 1, quando a qualidade expressa pelo adjetivo era accidental, dizia-se que o adjetivo era qualificativo restritivo (9b); quando a qualidade era inerente ao substantivo, dizia-se que o adjetivo era qualificativo explicativo (9a):

- (9) a. Homem **racional**.  
b. Homem **razoável**.

Como se pode notar, o adjetivo “racional” sinaliza uma qualidade inerente ao ser humano. Ser racional é, dentre outras qualidades, parte das características essenciais que distingue o ser humano das demais espécies animais, daí a razão de classificá-lo como explicativo. Por outro lado, “razoável” não se configura como um traço pertencente a todos os homens; ser razoável, nesse caso, é uma característica accidental, pois alguns homens são razoáveis, outros não.

Percebemos que essas noções advindas da tradição medieval são absorvidas por André com modificações quase imperceptíveis. O que o autor realizou foi um apagamento do nome “qualificativo” e a adoção da subdivisão dessa classe (restritivo e explicativo) como duas classes autônomas, preservando a ideia de qualidade accidental e inerente (essencial). Desse modo, ele define os adjetivos explicativos como palavras que “dizem qualidade essencial do ser” (p. 134) e exemplifica:

- (10) a. Gelo **frio**.  
b. Pedra **dura**.  
c. Leite **branco**.

A noção é a mesma da tradição, ou seja, “frio”, por exemplo, é uma qualidade inerente do “gelo”: é característica desse objeto ter essa propriedade em sua essência. O mesmo ocorre com a propriedade da “pedra” (ser dura) e do “leite” (ser branco).

Aos adjetivos restritivos, o autor atribui a especificidade de expressarem “qualidade, propriedade ou estado accidental do ser” (p.134), apresentando como exemplos:

- (11) a. **Bela** casa.  
 b. Pedra **preciosa**.  
 c. Leite **caro**.

Tendo como referência apenas o exemplo em 11a, nota-se que “bela” não é uma propriedade inerente da “casa”, mas uma condição (um estado accidental), um “estar bela”, pois nem toda casa é bela, tão pouco permanece bela eternamente. A propriedade de beleza não é um traço fundamental que identifique o elemento “casa” no mundo.

O que se interpreta da posição de André é que ele deseja demonstrar que os adjetivos explicitam duas propriedades fundamentais dos seres. Em outras palavras, existem seres e estes possuem características, que são de duas ordens: **essencial** ou **accidental**.

É estranho, no entanto, o fato de que diante de noções aparentemente satisfatórias de classificação dos adjetivos, André aponte os adjetivos ditos “pátrios” como uma terceira subclasse. O que André parece ignorar é que os adjetivos pátrios não se configuram como uma terceira propriedade, mas parecem fazer parte da subclasse dos restritivos. Analisemos os exemplos em 12 para entender o que estamos afirmando:

- (12) a. Homem **racional**.  
 b. Homem **razoável**.  
 c. Homem **português**.

Se os adjetivos pátrios têm a função de expressar nacionalidade ou lugar de origem do ser, conforme o pressuposto, essa função é, também, uma característica accidental. Nesse sentido, é possível dizer que a natureza do adjetivo “razoável” é a mesma do adjetivo “português”; ambas, no entanto, são diferentes da propriedade do adjetivo “racional”. “Razoável” e “português” não são qualidades que

particularizam os seres humanos em sua essência, ou seja, ser razoável ou justo, português ou africano não faz parte da essência do ser humano, mas ser racional sim.

Em outras palavras, o ser humano pode ser considerado um ser dotado da faculdade da racionalidade, mas jamais poderemos afirmar que ser razoável, justo, português ou africano seja, também, uma faculdade essencial dos humanos. Por tais razões, talvez seja possível defender que os adjetivos pátrios possam, na verdade, fazer parte da subclasse dos restritivos.

Em suma, basicamente, André (1997) resgata da tradição ocidental as noções acerca das propriedades acidentais e inerentes dos seres, sem inovar na descrição. Essas duas noções tratadas por ele também aparecem em Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009). No entanto, esses autores darão um tratamento diferenciado a essas propriedades, conforme discutiremos a seguir.

### 3.2 Tipos de Adjetivos: a descrição de Cunha e Cintra (2003)

A descrição de Cunha e Cintra (2003), por sua vez, inova ao aprofundar e melhor explicitar noções que são tratadas muito superficialmente por André (1997). Para os autores, o adjetivo é um modificador essencial do substantivo, servindo para:

1º) caracterizar os seres, os objetos, ou as noções nomeadas pelo substantivo, indicando-lhes:

a) uma qualidade (ou defeito):

inteligência **lúcida**          homem **perverso**

b) o modo de ser:

pessoa **simples**          rapaz **delicado**

c) o aspecto ou aparência:

céu **azul**          vidro **fosco**

d) o estado:

casa **arruinada**          laranjeira **florida**

2º) estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc (ADJETIVO DE RELAÇÃO):

nota **mensal** (= nota relativa ao mês)  
 movimento **estudantil** (= movimento feito por estudantes)  
 casa **paterna** (= casa onde habitam os pais)  
 vinho **português** (= vinho proveniente de Portugal)  
 (CUNHA; CINTRA, 2003, p. 245)

Por meio de tais exemplos, eles apontam duas funções a serem exercidas pelos adjetivos em relação ao substantivo, quais sejam: 1<sup>a</sup>) **caracterizar**; 2<sup>a</sup>) **relacionar**.

No que se refere a primeira função, os autores abordam-na a partir de quatro propriedades, ou seja, descrevem os adjetivos como caracterizadores de: a) uma qualidade (ou defeito), b) o modo de ser, c) o aspecto ou aparência, d) o estado, como ilustram, respectivamente, os exemplos em 13:

- (13) a. Inteligência **lúcida** / homem **perverso**.  
 b. Pessoa **simples** / rapaz **delicado**.  
 c. Céu **azul** / vidro **fosco**.  
 d. Casa **arruinada** / laranjeira **florida**.

O pressuposto aqui é que são quatro os tipos de adjetivos caracterizadores. No entanto, analisando 13a e 13b, percebemos que “o modo de ser” da pessoa e do rapaz são, na verdade, uma qualidade (ou defeito) deles, ou seja, ser **lúcido**, **perverso**, **simples**, **delicado** representa, ao mesmo tempo, uma qualidade e o modo de ser de alguém; tais noções fazem parte da natureza dos sujeitos, como traços da personalidade, particularizando-os dentre os demais. Desse modo, percebe-se que a subdivisão em a-b pode ser fundida e reduzida a apenas uma, já que as noções parecem se mesclar.

O mesmo acontece em 13c-d. Notamos que, em “casa arruinada”, o adjetivo **arruinada** sinaliza o estado em que a casa se encontra. “Arruinada” também funciona para demonstrar o aspecto, a aparência do imóvel; “florida” demonstra tanto o estado da laranjeira como um dos aspectos em que a árvore se encontra. Do mesmo modo como “florida” e “arruinada” indicam uma mesma propriedade (aspecto/aparência) de algo, “azul” e “fosco” apresentam noção parecida: o primeiro, demonstrando o aspecto do céu; o segundo, sinalizando o aspecto (a aparência) do vidro.



Portanto, pela nossa análise, não são quatro as propriedades ostentadas por esses adjetivos, mas sim duas, ou seja, a subdivisão a-b apresenta uma só característica, assim como a subdivisão c-d.

Diante do exposto é possível perceber, implicitamente, que a função de **caracterizar** de Cunha e Cintra também pode abarcar as noções, trazidas por André (1997), de traços essenciais e acidentais dos seres. O que queremos afirmar é que os adjetivos explicativos e restritivos estão contidos na ideia de **caracterizar** de Cunha e Cintra, ou seja, é possível passarmos de duas noções (Explicativos e Restritivos) a uma só noção, qual seja: **característica** – e, conseqüentemente, de duas classes a uma só classe de adjetivos.

Se assumirmos esse pressuposto, poderemos cruzar os conceitos de adjetivo restritivo e explicativo de André (1997) com os exemplos de Cunha e Cintra (2003) no sentido de apontar que as noções estão estritamente relacionadas.

Afirmamos que *qualidade e modo de ser*, noções de Cunha e Cintra (2003), são, na verdade, uma só propriedade. Se isso é verdadeiro, então, poderemos defender que os adjetivos em 14 exercem a função de especificarem qualidade, propriedade ou estado accidental do ser (cf. ANDRÉ, 1997):

- (14) a. Pessoa **simples**.
- b. Homem **perverso**.
- c. Rapaz **delicado**.
- d. Casa **arruinada**.
- e. Laranjeira **florida**.

“Caracterizar” parece ser nada mais do que explicitar as noções essenciais ou acidentais dos seres. Nos exemplos acima, os adjetivos denotam características que particularizam “a pessoa”, “o homem”, “o rapaz”, “a casa” e “a laranjeira” dentre os demais seres que fazem parte desses respectivos grupos. Tais adjetivos demonstram a qualidade accidental dos seres. Mas, o que dizer da qualidade essencial?

Se acrescentarmos o exemplo “homem racional” na relação acima, veremos que “racional” apresentará a mesma propriedade de exprimir qualidade, com uma diferença; a qualidade “racional” será um aspecto essencial do ser humano.

Equacionando as noções de André, Cunha e Cintra, é possível propor um só conceito para os casos acima, qual seja: os adjetivos destacados em 14 atribuem qualidade ou o modo de ser, especificando propriedades ou estados acidentais e ou essenciais dos seres. A essa fusão de noções poderíamos chamar de adjetivos X<sup>27</sup> (qualificativos, por exemplo), de modo a adotar uma única terminologia, uma vez que isso parece ser possível.

No que diz respeito a segunda função, a que nomeia os chamados adjetivos de **relação**, Cunha e Cintra afirmam que esses adjetivos “estabelecem com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade e de procedência” (p. 245). Vejamos os exemplos apresentados pelos autores:

- (15) a. Nota **mensal**. (relação de tempo).  
 b. Movimento **estudantil**. (relação de finalidade).  
 c. Casa **paterna**. (relação de espaço).  
 d. Vinho **português**. (relação de procedência).

Ao observar os exemplos em 15, nota-se que as definições de características intrínsecas não gravitam nas mesmas zonas de sentido pelos quais os adjetivos em destaque parecem transitar. As propriedades dos substantivos explicitadas por tais adjetivos são de outra ordem, extrapolam as fronteiras que circundam as noções de características inerentes e acidentais. Observemos os exemplos em 16 a fim de verificar melhor o que afirmamos:

- (16) a. Casa **arruinada**.  
 b. Casa **bonita**.  
 c. Casa **paterna**.

Em 16 a-b, nota-se que os adjetivos modificam a compreensão do substantivo “casa” acidentalmente, ou seja, o que se deseja é ressaltar as características físicas, as propriedades, o estado do imóvel. Já a relação exercida por **paterna**, em 16c, é de outra natureza. “Paterna” não atribui à casa uma característica física, o estado do

---

<sup>27</sup> A variável X é apenas uma forma de demonstrar que se pode adotar uma ou outra nomenclatura para se referir a tal definição.

imóvel. A relação parece ser de espaço, uma vez que “casa paterna” sinaliza o lugar, o espaço, onde habitam os pais.

Os adjetivos dos exemplos ilustrados em 15, conforme defendem Cunha e Cintra, exercem a função de relacionar noções de tempo, finalidade e procedência e não explicitar características do tipo dos adjetivos em 16 a-b. Os autores, ainda se referindo aos adjetivos de relação, fazem a seguinte observação acerca dessa subclasse:

Os adjetivos de relação, derivados de substantivos, são de natureza classificatória, ou seja, precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado. Não admitem graus de intensidade e vêm normalmente pospostos ao substantivo. A sua anteposição, no caso, provoca uma valorização de sentido muito sensível. (p. 246).

Para eles, os adjetivos de relação não admitem gradação, como podemos comprovar pelas impossibilidades de flexão de grau ilustradas em 17 (grau comparativo) e 18 (grau superlativo):

- (17) a. \*A nota é **mais** mensal do que...  
 b. \*A nota é **tão** mensal quanto...  
 c. \*A nota é **menos** mensal do que...
- (18) a. \*A nota é **mensalíssima**. / \*A nota é **muito** mensal.  
 b. \*O movimento é **estudentíssimo**. / \*O movimento é **muito** estudantil.  
 c. \*A casa é **paternalíssima**. / \*A casa é **muito** paternal.  
 d. \*O vinho é **portuguesíssimo**. / \*O vinho é **muito** português.

No entanto, ao afirmarem que os adjetivos de relação “precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado”, torna-se necessário questionar: o que significa “precisar o conceito, restringindo a extensão do significado?” o que isso quer dizer? Para responder a essas perguntas, recorreremos aos conceitos de intensão e extensão<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Intensão e extensão são conceitos clássicos muito utilizados em semântica e filosofia da linguagem para fazer a distinção entre dois tipos de valor semântico que uma expressão linguística, de uma determinada categoria, pode ter. Alguns autores trabalham com esses conceitos, dentre eles Carnap

Borges Neto (1979), para explicar intensão e extensão<sup>29</sup>, considera como exemplo o adjetivo **azul**, afirmando: “Este adjetivo estabelece uma extensão, que é a classe de todos os objetos azuis, e tem uma intensão, que é a propriedade ser azul (p. 41)”. Embora o autor não ofereça exemplos para ilustrar melhor as relações envolvendo o adjetivo “azul”, é possível, no entanto, verificar qual é a sua extensão, ou seja, que objetos/seres pertencem a essa classe de seres da cor “azul”. Se utilizarmos o modelo “.....é azul”, poderemos hipotetizar os exemplos em 19:

- (19) a. A casa de João é **azul**.  
 b. O sapato de João é **azul**.  
 c. O céu é **azul**.  
 d. O carro de João é **azul**.  
 e. A maçã é **azul**.  
 f. João é **azul**.

Imaginemos que, apenas, as circunstâncias de 19a-d sejam verdadeiras. Então, é possível afirmar que os exemplos em 19a-d representam a extensão do adjetivo “azul”, pois estes seres (objetos) fazem parte desse conjunto, o conjunto dos seres de cor azul. E qual a extensão (o número de objetos/seres que pertencem a esse conjunto)? Será tantos quantos forem os elementos que possam ser agrupados no conjunto azul. O mesmo não ocorre em 19e-f: “maçã” e “João” não pertencem à extensão do conjunto de cor azul, por razões óbvias.

Vejamos outros exemplos para melhor clarificar o que discutimos anteriormente. Pensemos na extensão do conjunto dos mamíferos representada em 20 a-e:

- (20) a. A baleia de barbatana é **mamífero**.  
 b. A baleia cachalote é **mamífero**.  
 c. O morcego é **mamífero**.  
 d. O homem é **mamífero**.  
 e. O tamanduá bandeira é **mamífero**

---

(1947), em *Meaning and Necessity* e Dahlberg (1978). Apropriar-nos-emos da distinção feita por Borges Neto (1979) e, a partir dela, desenvolveremos nossa linha de argumentação.

<sup>29</sup> Borges Neto (1979) define, na página 42, extensão e intensão como: “A extensão de uma expressão é a classe que corresponde a ela, enquanto a intensão de uma expressão é a propriedade que lhe corresponde”.

(f. O jacaré é **mamífero**.)

[...]

Dizemos, pois, que “baleia” (de barbatana e cachalote), “morcego”, “homem” e “tamanduá bandeira” fazem parte da extensão do conjunto dos mamíferos e que “jacaré” não pertence à extensão desse conjunto. Isso porque a intensão (o conceito, a característica) dos mamíferos é ter mama, o que não ocorre com o “jacaré”.

Se, no entanto, quiséssemos determinar a extensão do conceito “é animal e tem dentes”, alguns seres, nos exemplos em 20, fariam parte desse conjunto por partilharem da mesma intensão (das mesmas características). Ficariam de fora a “baleia de barbatana” e o “tamanduá bandeira”, pois eles, embora sejam animais, não possuem dentes. Se quiséssemos, ainda, determinar a extensão dos mamíferos sem dentes, apenas a “baleia de barbatanas” e o “tamanduá bandeira” fariam parte desse conjunto, ficando de fora os demais mamíferos.

Queremos demonstrar, com isso, que é possível agrupar os seres (objetos, pessoas) em um mesmo conjunto, bastando, para isso, usar de diferentes conceitos; e mais: cada intensão (característica ou conceito) determina uma, e apenas, uma extensão. Desse modo, podemos definir extensão como o conjunto de coisas designado por um predicado e intensão como o conceito, a característica ou propriedade (o significado) expresso por um predicado.

Agora temos condições de tentar compreender a afirmação de Cunha e Cintra de que os adjetivos de relação, de natureza classificatória, “precisam o conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado” (p. 246). Se o que os autores concebem por extensão for sinônimo de conjunto, então acreditamos que o que eles pressupõem é que os adjetivos de relação atuam sobre a extensão do significado, determinando um, e apenas um, conjunto que compartilhe a mesma intensão expressa pelo adjetivo.

Trocando em miúdos, e tendo como exemplo o adjetivo “mensal” (em: Nota mensal), diríamos que ele traz consigo um conceito de tempo que agrupa, num só conjunto, a extensão de todos os nomes que compartilham dessa propriedade, tal como se pode verificar, por exemplo, em 21:

- (21) a. **Nota** mensal.  
 b. **Relatório** mensal.  
 c. **Vistoria** mensal.  
 d. **Revisão** mensal.  
 e. **Pagamento** mensal.

Nos exemplos acima, os nomes **nota**, **relatório**, **vistoria**, **revisão**, **pagamento** parecem fazer parte da extensão do adjetivo “mensal”; neste caso, ele “precisa” um conceito de tempo compartilhado pelos elementos que fazem parte desse conjunto. Se acrescentarmos a palavra “homem” ou “sofá” (em: \*homem mensal; \*sofá mensal), notaremos que “homem” e “sofá” não fazem parte da extensão do adjetivo “mensal”, pois a propriedade “tempo” não se aplica a essas palavras.

É preciso reconhecer, contudo, que a observação que eles fazem, acerca dos adjetivos de relação, torna-se demasiadamente complexa, carecendo de exemplos e de maior discussão quanto aos conceitos que apresentam. A pouca clareza que emerge da observação feita acerca dos adjetivos de relação prejudica a compreensão adequada das propriedades que estão em jogo.

### 3.3 Tipos de Adjetivos: a descrição de Azeredo (2008)

Azeredo (2008) define os adjetivos como “os lexemas que se empregam tipicamente para significar atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeadas pelo substantivo” (p. 169). O autor reconhece que os adjetivos pertencem a duas subclasses, segundo a natureza da significação, a saber: **adjetivos de relação** ou **classificadores** e **adjetivos qualificadores**.

Os adjetivos de relação ou classificadores, segundo o autor, “expressam conteúdos de existência objetiva, que funcionam como propriedades classificatórias dos seres e coisas a que se referem” (p. 170), e exemplifica:

- (22) a. Peixe **fluvial**.  
 b. Festas **natalinas**.  
 [...]

Em 22a, a relação que se estabelece entre o adjetivo e o substantivo configura-se como uma relação de procedência, ou seja, o adjetivo “fluvial” sinaliza o lugar de onde vem o peixe, classificando-o como procedente de água doce e não de água salgada. Em 22b, a relação que se estabelece entre “natalinas” e “festas” sinaliza uma relação de tempo, ou seja, festas que ocorrem na época (no tempo) do Natal.<sup>30</sup> Depreende-se que Cunha e Cintra (2003) e Azeredo (2008) percorrem caminhos não muito diferentes para se chegar a um mesmo lugar: definir as propriedades dos adjetivos de relação.

Quanto aos adjetivos qualificadores, Azeredo (2008) assim os explica: “Outros [adjetivos] expressam noções referencialmente variáveis ou decorrente de opinião: passagem **estreita**, alimentação **nutritiva**, dentes **fortes**, roupas **escandalosas**, bancos **confortáveis**. São os adjetivos qualificadores” (p. 170).

Qualificar não é indicar as qualidades (inerentes ou acidentais) de alguém ou alguma coisa? E isso não é, também, caracterizar? Se tais indagações forem verdadeiras, então é possível defender que a função de caracterizar de Cunha e Cintra e o conceito de adjetivo qualificador de Azeredo são, na verdade, um só tipo de adjetivo; com uma ressalva: falta em Cunha e Cintra a explicitação de que caracterizar é, também, expressar conceitos variáveis decorrentes de opinião, noção que está explícita em Azeredo<sup>31</sup>.

### 3.4 Tipos de Adjetivos: a descrição de Bechara (2009)

Bechara (2009) define adjetivo como “a classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado” (p. 142). Segundo ele, a delimitação pode ser de natureza tríade:

---

<sup>30</sup> Azeredo afirma que a definição de adjetivo relacional ou classificadores são, na verdade, o mesmo tipo de adjetivo relacional de Cunha e Cintra. Isso pode ser facilmente observado a partir dos exemplos que discutimos em que surgem as relações de tempo, procedência etc., conforme defenderam Cunha e Cintra.

<sup>31</sup> Em *roupa escandalosa*, o adjetivo ‘escandalosa’ decorre de opinião subjetiva, pois uma roupa que é escandalosa para um pode não ser para outro.

- 1) Explicação
- 2) Especialização
- 3) Especificação

Das naturezas da delimitação surgem três classes de adjetivos, propostas por esse autor como:

- 1) Adjetivos explicadores
- 2) Adjetivos especializadores
- 3) Adjetivos especificadores

Segundo ele, os **adjetivos explicadores** “destacam e acentuam uma característica inerente do nome ou denotado” (p. 143), como nos exemplos em 23:

- (23) a. **O vasto** oceano.  
 b. As **líquidas** lágrimas.

Em 23a, “ser vasto” destaca ou acentua uma característica inerente do oceano, do mesmo modo que em 23b, em que a propriedade “ser líquida” também é uma das características inerentes da lágrima.

Os **adjetivos especializadores**, segunda subclasse de adjetivos, são definidos como aqueles que “marcam os limites extensivos ou intensivos pelos quais se considera o determinado, sem isolá-lo nem opô-lo a outros determináveis capazes de caber na mesma denominação” (p. 143). Em 24, temos ilustrados esse tipo de adjetivo:

- (24) a. O sol **matutino**.  
 b. O homem **como sujeitos pensantes**.

Para estes casos, os conceitos de *extensão* e *intensão* são empregados para explicar as propriedades que estão em jogo. Em 24 a, “matutino” delimita a extensão dos elementos que pertencem a tal conjunto; vê-se que “o sol” pertence a esse conjunto, pois partilha da “característica ‘matutino’”. Em 24b, a expressão



modificadora “como sujeitos pensantes” também delimita um conjunto específico de seres que partilham dessa característica; no caso em comento, o homem.

Os **adjetivos especializadores**, terceira subclasse, “restringem as possibilidades de referência de um signo, ajuntando-lhe notas que não são inerentes a seu significado” (p. 143). Em 25 ilustramos exemplos pertencentes a essa classe:

- (25) a. Castelo **medieval**.  
 b. Menino **loiro**.  
 c. Aves **aquáticas**.

Da definição de adjetivos especializadores de Bechara (2009), ocorre-nos uma observação: se essa classe restringe as referências que não são inerentes aos seres, então, estamos falando de características acidentais? Parece que sim.

Se analisarmos 25b, por exemplo, notaremos que “ser loiro” não é uma característica inerente, que pertença a todos os meninos do planeta Terra. Ser loiro, antes, constitui-se como uma característica acidental (que restringe o conjunto dos meninos), pois existem meninos que são loiros e meninos que não o são.

Em 25a, alguns castelos são medievais, outros não; “medieval” é uma característica que “restringe as possibilidades de referência” do substantivo “castelo”, uma vez que “ser medieval” não é propriedade inerente dos castelos. “Aquáticas”, em 25c, não é uma característica inerente das aves, mas uma referência acidental que é feita às aves que, além da terra e o ar, habitam também a água.

Das classificações de Bechara, é possível afirmar que ele opera com as noções de característica inerente, extensão e intensão, característica acidental (implicitamente). Para cada propriedade, estabelece três subclasses de adjetivos: *explicadores*, *especializadores* e *especificadores*.

Das descrições analisadas, percebemos que uma completa o que falta à outra. Em André (1997) e Azeredo (2008) a descrição é mais simples e de fácil entendimento, já em Cunha e Cintra (2003) e Bechara (2009) a descrição se torna um pouco mais densa, requerendo outros conhecimentos para que se possa interpretar e compreender, adequadamente, as noções.

#### 4 DESCRIÇÃO GRAMATICAL DO ADJETIVO E AS NOMENCLATURAS EMPREGADAS

É muito curioso notar como as noções, para caracterizar as subclasses dos adjetivos, são muito parecidas entre os autores. Mais curioso, ainda, é perceber como eles se apropriam de uma nomenclatura diversa para tratar das mesmas propriedades, do mesmo tipo de adjetivo.

Vimos que André (1997) transita nas fronteiras das noções de qualidade inerente e acidental; Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009), além de transitar pelas mesmas noções tratadas por André, circundam pelas noções de extensionalidade e intensionalidade. As propriedades e nomenclaturas empregadas pelos autores podem ser vistas no quadro abaixo:

**Quadro 3 - Classificação dos Adjetivos**

Propriedades/ Características dos Adjetivos	Nomenclatura Utilizada			
	André (1997)	Cunha e Cintra (2003)	Azeredo (2008)	Bechara (2009)
<b>Inerente (essencial)</b>	Explicativo	Caracterização	Qualificativo	Explicadores
<b>Acidental</b>	Restritivo			Especificadores
<b>Extensão e Intensão</b>	_____	Relação	Relação ou Classificadores	Especializadores

É possível se chegar à conclusão de que são três os tipos de propriedades que os adjetivos podem apresentar, segundo os autores estudados, são elas: qualidade inerente, qualidade acidental, extensão/intensão. Cunha e Cintra (2003) e Azeredo (2008), no entanto, não separam características inerentes e acidentais, antes, porém, as concebem contidas nas funções de “caracterizar” e “qualificar”. André (1997) e Bechara (2009), por outro lado, separam características inerentes e

acidentais em duas subclasses. Diante disso, nota-se a nomenclatura variada que emerge dessas discussões.

Para nomear o adjetivo que possui a propriedade de atribuir uma característica (ou qualidade) inerente ou acidental dos seres, por exemplo, encontram-se várias nomenclaturas concorrendo: explicativo e restritivo (André, 1997); caracterizador (Cunha e Cintra, 2003); qualificativo (Azeredo, 2008); explicadores e especificadores (Bechara, 2009). Diante de tais circunstâncias, cabe-nos um questionamento: por que não adotar uma mesma nomenclatura para indicar conceitos tão próximos? Por que, mesmo com o advento da NGB, ainda seja possível perceber esse conflito terminológico?

É verdade que os conceitos são uma unidade de conhecimento (cf. Dahlberg, 1978) e cada autor tem a liberdade de imprimir a sua leitura sobre o mundo através de distintas *intensões*. O que se questiona não são os caminhos pelos quais se constrói os conceitos, mas o porquê de uma nomenclatura variada para tratar do mesmo tipo de adjetivo nas gramáticas do português.

Da discussão que empreendemos, nota-se que é possível a redução e simplificação das definições, do mesmo modo como é possível a adoção de uma nomenclatura padronizada. Sendo assim, poderíamos fundir as noções de qualidade inerente e acidental em uma só noção, como fazem Cunha e Cintra (2003) e Azeredo (2008), classificando adjetivos que ostentam esse tipo de propriedade como qualificativos, por exemplo. À propriedade de extensão/intensão, poderíamos classificar como especializadores, seguindo a definição dada por Bechara.

Se as gramáticas operacionalizam com as mesmas noções, então, façamos uma nova revisão conceitual e nomenclatural com vistas a adotar uma nomenclatura padrão para se referir a mesma propriedade, além de uma simplificação nos conceitos utilizados para explicar as propriedades. Isso talvez pudesse servir para que a análise linguística e as aulas de leitura e interpretação, na escola, se beneficiassem, em profundidade, do alcance das relações de sentido promovidas pelos adjetivos e substantivos, nas sentenças, nos parágrafos, nos textos.

Conhecer as possibilidades semânticas que os adjetivos oferecem, talvez servisse para tornar as aulas de leitura mais atraentes, mais significativas, tanto para os professores quanto para os alunos.

Da forma como são tratadas nas gramáticas estudadas, as propriedades dos adjetivos parecem mais ocultas do que claras; ocultas em um emaranhado de

termos, em definições que parecem tão complexas e pouco funcionais. Simplificar é a palavra que se instaura na ordem do dia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, realizamos uma revisão da classe dos adjetivos em quatro gramáticas do português, a saber: André (1997), Cunha e Cintra (2003), Azeredo (2008) e Bechara (2009). Vimos que os autores operacionalizam com as noções de qualidades essenciais, acidentais, extensão/intensão. Embora as noções sejam muito próximas, demonstramos que, alguns dos autores, utilizam conceitos às vezes complexos para explicar as propriedades semânticas exercidas pelos adjetivos. Demonstramos, também, que cada autor adota uma nomenclatura própria para se referir aos diferentes tipos de adjetivos, o que pode gerar certa confusão àqueles que consultem as gramáticas em comento, uma vez que é inevitável a pergunta: como entender/classificar determinado adjetivo se existem nomes distintos para se referir a uma mesma propriedade? Diante disso, questionamos o porquê da existência de uma nomenclatura gramatical diversa haja vista a existência da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Esperamos que essa discussão chame a atenção para o fato da necessidade de padronização da terminologia adotada em nossas gramáticas sob pena de nos perdermos em um emaranhado terminológico que pouco nos ajuda a compreender o que realmente é necessário: as distintas propriedades exercidas pelos adjetivos nos diferentes contextos semânticos.

Ao lado das questões que discutimos, outra deve ser levantada acerca da distribuição dos adjetivos em distintas classes. Parece fazer parte dessa tentativa, demonstrar o grau de mais ou menos objetividade que os adjetivos apresentam quando atrelados aos substantivos.

As descrições gramaticais, como vimos, demonstram, sem focar diretamente esse aspecto, que à direita um adjetivo pode ser explicativo - homem **racional** (André, 1997) -, apresentando traços do tipo +objetivo. Por outro lado, um adjetivo pode ser restritivo – **bela** casa (André, 1997) -, tendo sua posição marcada à esquerda, ao apresentar traços do tipo +subjutivo. A questão do posicionamento do adjetivo à direita ou à esquerda, como se nota, não é o foco, mas sim as relações

semânticas envolvidas. A questão que se levanta para nós é determinar por que o adjetivo “racional” não pode ser anteposto ao nome, mas o adjetivo “bela”, sim. Essa questão não é levantada pelas gramáticas, mas ao distribuir os adjetivos em classes, explicitando as relações de sentido envolvidas, elas tocam em propriedades semânticas fundamentais para explicitar o parâmetro de colocação do adjetivo à direita ou à esquerda do nome.

O problema do posicionamento do adjetivo à direita ou à esquerda será o foco da discussão a ser empreendida no próximo capítulo. Nele, retomaremos as ideias dos traços de objetividade e subjetividade e tentaremos explicitar que tais traços parecem fazer parte das propriedades envolvidas na tarefa de posicionar os adjetivos à direita ou à esquerda do nome em português. Para tanto, também retomaremos a hipótese do uso, advogada em Port-Royal.

## CAPÍTULO III: ADJETIVOS: UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-SEMÂNTICA

### INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, descrevemos como quatro gramáticas do português abordam a classe dos adjetivos. Vimos que a descrição se debruça sobre questões semânticas, haja vista que a preocupação é explicitar as relações de sentido envolvendo os adjetivos e os substantivos. Deflue da preferência semântica da abordagem, a necessidade de dividir os adjetivos em distintas classes, visando melhor compreender os contornos de sentido proporcionados por eles.

Ao abordar os adjetivos sob a ótica semântica, os compêndios tradicionais estão, implicitamente, tentando demonstrar que, a depender da posição em que o adjetivo apareça, à direita ou à esquerda, traços do tipo [+/-objetivo] ou [+/-subjetivo] podem caracterizar a natureza da qualidade atribuída ao substantivo. A preferência em delinear traços semânticos parece ser uma tentativa, ainda que implícita, de apontar as duas possibilidades paramétricas de colocação do adjetivo no interior do sintagma nominal em português.

Neste capítulo, trataremos das questões levantadas no parágrafo anterior e, para isso, percorreremos o seguinte caminho: primeiro, apresentaremos e discutiremos o trabalho de Boff (1991) que apresentou uma proposta de classificação para os adjetivos e proveu uma explicação para o posicionamento deles à direita e à esquerda do nome em português; depois, fazendo uma releitura de algumas das ideias dessa autora, bem como na descrição proposta por Rio-Torto (2006), promoveremos uma explicação para o posicionamento do adjetivo no SN em português. Tal explicação recuperará as noções de adjetivos *avaliativos* e não *avaliativos* tratados por Boff (1991), terminologia da qual chamaremos de *subjativos* e *objetivos*, respectivamente, e a noção de uso advogado em Port-Royal. Defenderemos, então, que os traços de objetividade e/ou subjetividade interferem no posicionamento dos adjetivos, à direita ou à esquerda, no interior do SN em português, e que o uso pode ser um fator que também influencia nesta tarefa.

## 2 SINTAXE DOS ADJETIVOS NO PORTUGUÊS: A PROPOSTA DE BOFF (1991)

Boff (1991) categorizou os adjetivos em “avaliativos” e “não avaliativos”. Ela parte de noções semânticas para, depois, explicitar as restrições sintáticas envolvendo os adjetivos em posição pré/pós-nominal em português. Segundo a autora, três são as características dos adjetivos avaliativos, quais sejam:

- a) Podem ser usados pelo falante para emissão de uma opinião ou julgamento;
- b) Podem ser subcategorizados por verbos de julgamento do tipo: **achar, considerar, julgar**;
- c) Além da emissão de opinião ou julgamento, subcategorizados por verbos dessa natureza, possuem um traço [+avaliativo] que, também, funciona na emissão de julgamento subjetivo.

O exemplo em 1 ilustra as características acima descritas:

(1) **Bonito** garoto.

“Bonito” é um adjetivo avaliativo<sup>32</sup> que apresenta as três características descritas acima, a saber: a) pode ser usado pelo falante para emissão de uma opinião ou julgamento; b) pode ser subcategorizado por verbos de julgamento do tipo: **achar, considerar, julgar**; c) possui um traço [+avaliativo] que, também, funciona na emissão de julgamento subjetivo, pois é usado para marcar a subjetividade de quem avalia o grau de beleza do garoto, como vemos em 2:

(2) **Acho/julgo/considero** bonito o garoto.

Para Boff, apenas os adjetivos avaliativos podem aparecer na posição pré-nominal, como em 1; e, na defesa dessa tese, argumentou utilizando os exemplos abaixo:

---

<sup>32</sup> São exemplos de adjetivos avaliativos: belo, feio, inteligente, elegante, educado, entre outros.

- (3) a. \*Eu acho/julgo/considero **vermelho** o livro.  
b. \*Eu acho/julgo/considero **bêbado** o João.

Os exemplos em 3, agramaticais, demonstram, à primeira vista, que “vermelho” e “bêbado” são adjetivos que não funcionam para emitir um julgamento subjetivo sobre algo, não podendo ser, assim, subcategorizados por verbos de mesma natureza. Desse modo, adjetivos do tipo “vermelho” e “bêbado” não podem figurar na posição pré-nominal, sendo, por isso, classificados como adjetivos **não avaliativos**<sup>33</sup>.

A língua portuguesa, no entanto, dispõe de um artifício que pode tornar alguns adjetivos não avaliativos em avaliativos, qual seja: a gradação do léxico, acrescentando-se o sufixo - **íssimo**. Sendo assim, reconsiderando os exemplos em 3, temos 4:

- (4) a. (?) Eu **acho/julgo/ considero** vermelhíssimo o livro.  
b. \*Eu **acho/julgo/considero** bebíssimo o João.

O exemplo em 4a parece ser, a princípio, menos estranho do que 3a. Já 4b continua agramatical, mesmo com o acréscimo do sufixo -**íssimo**. Se, no entanto, considerarmos 5 a-c, veremos que aquelas construções são bem formadas,

---

<sup>33</sup> Borba (1996) e Neves (2000) defendem que o português possui duas classes de adjetivos: **qualificador** e **classificador**. Os **qualificadores**, para esses autores, atribuem uma propriedade que depende de julgamento subjetivo (pessoal) dos falantes. Assim, adjetivos dessa natureza podem aparecer nas posições pré/pós-nominal (Ex. mulher **elegante/elegante** mulher). Vê-se que a ideia de adjetivo avaliativo empregado por Boff (1991) está fundamentada nessas mesmas noções. Já os adjetivos **classificadores** possuem propriedades “definitórias” que colocam os substantivos em subclasses; esses, pois, aparecem na posição pós-nominal, tais como os *não avaliativos*. É o caso de **carne bovina**, em que o adjetivo “bovina” especifica, dentre os vários tipos de carne existentes (bovina, suína, de peixe etc), a subclasse que o substantivo “carne” pertence. Nota-se que os critérios semânticos empregados para distinguir os adjetivos, implicitamente, parecem tornar “mais visível” os parâmetros de que, à direita, os adjetivos têm sentido [+ objetivo] e que, à esquerda, sentido [- objetivo]. Outros estudos também propõem subclasses de adjetivos para o português, como Silva e Pria (2001, 2002) e Silva (2008). Silva (2008) propõe zonas sintáticas de modificação adjetival em contextos com mais de um adjetivo à direita ou à esquerda. Direta ou indiretamente, esses trabalhos procuram tornar mais claros que, em uma ou outra posição, os adjetivos ganham traços semânticos de maior ou menor objetividade (os autores se utilizaram de outras nomenclaturas e percorreram outros caminhos para discutir essas questões). Esses traços semânticos de (+/-) objetividade, neste trabalho, serão encarados como parâmetros do português na acepção empregada por Chomsky (1994).



possíveis na língua, e que 5 b-c sinalizam julgamento subjetivo do falante, como os adjetivos do tipo dos avaliativos. Vejamos:

- (5) a. Livro **vermelho**/ **vermelhíssimo** livro.  
 b. Olhos **vermelhos**/ **vermelhíssimos** olhos.  
 c. Casaco **vermelho**/ **vermelhíssimo** casaco.

Diante de exemplos como 5, envolvendo o adjetivo “vermelho”, cabe questionarmos: em que classe devemos alocar o adjetivo “vermelho”? Na classe dos avaliativos ou não avaliativos?

Boff argumenta que “vermelho” pertence à classe dos não avaliativos e que apenas quando modificado pelo recurso de gradação, com o sufixo **-íssimo**, conforme se observa no exemplo em 5, esse adjetivo pode aparecer na posição pré-nominal. Em outras palavras, significa dizer que a posição do adjetivo é determinada pela classe que ele pertence; quando avaliativo, o adjetivo pode ocupar as posições pré/pós nominal, respectivamente; quando não avaliativo, ocupa, apenas, a posição pós-nominal. No entanto, ao se acrescentar o sufixo **-íssimo**, a presença deste item morfológico altera uma dada propriedade do adjetivo, tornando possível sua anteposição.

Da afirmação anterior cabe outra consideração: se o adjetivo “vermelho” é considerado não avaliativo, desprovido da “capacidade” de atribuir julgamento subjetivo e, como tal, teoricamente, não aparece em posição pré-nominal, como explicar exemplos do tipo 6, em que o adjetivo em análise, além de aparecer na posição pré-nominal, parece não tornar as sentenças agramaticais?

- (6) a. **Vermelha** paixão<sup>34</sup>.  
 b. **Vermelhos** lábios, como os seus, me fazem tremer.

Antes de analisarmos os exemplos em 6, vejamos os exemplos em 7 e 8 propostos por Boff:

- (7) A **branca** neve.  
 (8) Os **verdes** mares.

---

<sup>34</sup> “Vermelha paixão” é o título da letra da música que comemora o centenário do time do Internacional. O uso requisitou tal construção que passou a ecoar nos estádios de futebol em 2010.

Se utilizarmos como teste os verbos de julgamento do tipo “achar”, “julgar”, percebemos que esses adjetivos não podem ser classificados como avaliativos:

- (9) a. \***Acho/julgo/considero** branca a neve.  
b. \***Acho/julgo/considero** verde os mares.

Aparentemente, “branca” e “verde” não carregam traços subjetivos; no entanto, isso não impede que tais adjetivos apareçam na posição pré-nominal, como vimos em 7 e 8. De modo semelhante, temos o adjetivo “vermelha/vermelhos” em 6, que não é avaliativo e que também aparece na posição pré-nominal, sem que precisemos realizar a gradação com o sufixo – **íssimo**: “vermelhíssima paixão”.

Diante de exemplos como 6, 7 e 8, como sustentar a tese inicial de que apenas adjetivos avaliativos podem aparecer na posição pré-nominal? Boff sugere uma explicação, fora dos limites da sentença, para os casos em 7 e 8, que sintetizamos em 10, qual seja:

(10) O uso literário também figura como um processo que torna o adjetivo avaliativo.

Diante do que se afirma em 10, explicam-se os motivos pelos quais adjetivos não avaliativos do tipo “branca” e “verde” aparecem na posição pré-nominal, conforme se observa em 7 e 8. De um modo um pouco mais simples significa defender que, no âmbito literário, os adjetivos podem ser movidos para uma ou outra posição. O contexto literário, então, com vistas a explorar sentidos subjetivos seria o ambiente em que adjetivos não avaliativos passariam a avaliativos ou vice-versa. Sendo assim, é possível advogar tal explicação para os exemplos em 6? O que é o mecanismo chamado “recurso literário?” Precisamos entender melhor o que se afirma em 10.

Diríamos que o fato de um adjetivo tornar-se avaliativo e, desse modo, poder aparecer na posição pré-nominal, sem tornar a construção agramatical, é, antes, um recurso linguístico, utilizado na literatura. E, por meio dele, de um recurso linguístico, acreditamos que o uso dos adjetivos em 6, 7 e 8 deva ser explicado.

Ao buscar o amparo literário para explicar as exceções apresentadas, Boff abandona, temporariamente, o âmbito sintático. Desse modo, aos casos que fogem à classificação dos adjetivos como avaliativos, aplica-se, alternativamente, o

“recurso literário” para dar conta do comportamento atípico de certos adjetivos que aparecem na posição pré-nominal, mesmo não sendo avaliativos<sup>35</sup>.

A partir da distinção avaliativos/não avaliativos, a autora parte para a demonstração de como os adjetivos se comportam na estrutura sintática do português<sup>36</sup>. A hipótese inicial é de que os adjetivos avaliativos são gerados à direita do núcleo, movendo-se, opcionalmente, para a esquerda, acarretando, nesse caso, uma mudança na interpretação. Vejamos a estrutura sintática em 11', proposta por ela, visando analisar a sentença em 11:

---

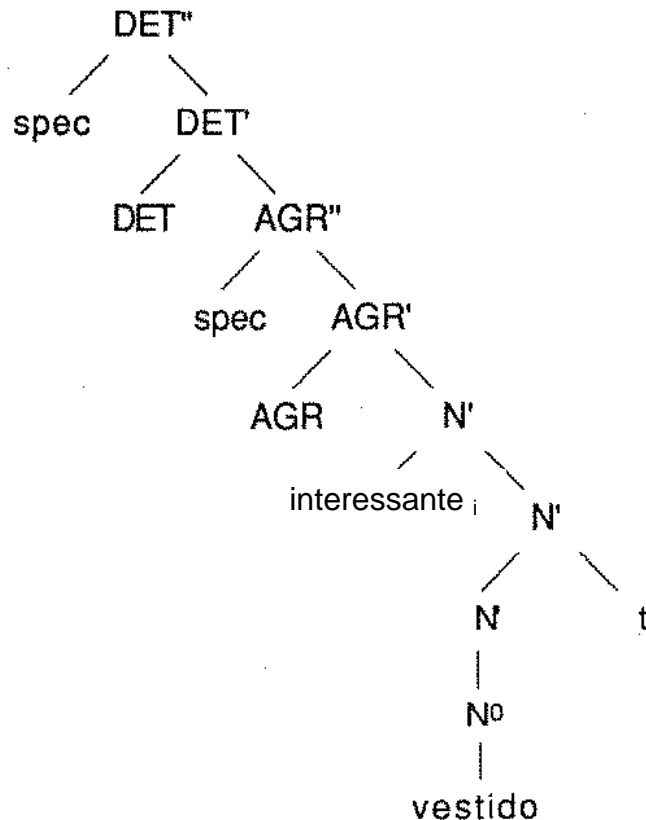
<sup>35</sup> A crítica que fazemos à classificação de Boff perpassa pelo fato de que a proposta avaliativo/não-avaliativo não leva em conta as exceções que vão surgindo, ou seja, as noções aplicam-se, rigorosamente, a alguns casos e a outros se aplica o recurso literário. Veremos, adiante, que construções cristalizadas do tipo “bom dia”, “má fé” também são excluídas das análises.

<sup>36</sup> A estrutura representada em 11', e toda a explicação empreendida por Boff (1991), amparam-se na teoria de Regência e Ligação (Chomsky, 1981), estando, desse modo, amparado no Princípio da Projeção. Preconiza o princípio em comento que as representações, em cada nível sintático, são projetadas a partir do léxico. Em outras palavras, com base em Boff (1991), ‘o léxico determina as propriedades morfofonológicas, sintáticas e semânticas de cada item lexical. A Estrutura Profunda (Estrutura-D) codifica a representação das relações temáticas de cada item que devem se manter em todos os níveis de representação. A Estrutura Superficial (Estrutura-S) representa o nível onde se codificam as relações sintáticas que servem de entrada para os outros níveis de representação. A Forma Fonética e a Forma Lógica fornecem a representação sonora e a interpretação semântica das sentenças geradas estruturalmente’. O nível descritivo desse modelo teórico, no entanto, é revisto por Chomsky (1993; 2008) que (re)propõe é a eliminação das redundâncias dos instrumentos descritivos da teoria, que segundo ele ‘eram uma espécie de conveniência técnica para encobrir lacunas de compreensão’ (Chomsky, 2008, p. 39), advogando, agora, o princípio da *economia* como novo instrumento de análise, delineando os pressupostos do Minimalismo. O Programa Minimalista, fase atual em que a Teoria Gerativa se encontra, tem norteado as pesquisas na atualidade. Neste trabalho, não nos filiaremos direta e explicitamente ao empreendimento chomskyano, haja vista que seria uma incoerência afirmar que traços semânticos participam da computação sintática.

**Figura 1** – Estrutura sintagmática com adjetivos em Português

(11) **Interessante** vestido.

(11')



Fonte: Boff (1991, p. 78) com adaptação.

Para se chegar à estrutura acima, a autora percorre um longo caminho que, por razões de conveniência, não serão trilhados aqui. O que se observa (e é defendido pela autora), em linhas gerais, é que a adjunção do adjetivo pode ocorrer junto à projeção máxima (ou intermediária) de **N'** ou à direita do núcleo nominal (**N<sup>0</sup>**), isso porque o núcleo, conforme se observa na estrutura acima, possui duas posições abertas para a adjunção do adjetivo.

O que a estrutura em 11' demonstra, grosso modo, é que o adjetivo "interessante" é gerado na posição **t<sub>i</sub>**, à direita de **N'**, onde deixa um vestígio quando se move para a esquerda de **N'**. Desse modo, na situação, em que o adjetivo é gerado à direita do núcleo, temos a interpretação de que a propriedade que se atribui ao núcleo é objetiva. Desse modo, "interessante" em "vestido interessante" é uma propriedade objetiva do vestido, independente da avaliação (subjéctiva) do

falante. No entanto, ao se mover o adjetivo da posição em que é gerado para a esquerda (interessante vestido), temos outra interpretação: a propriedade “interessante” deixa de ser uma qualidade objetiva do vestido, passando a ser uma propriedade, uma avaliação subjetiva, atribuída ao vestido, pelo falante.

A estrutura em 11' corrobora com a hipótese inicial da autora de que os adjetivos avaliativos são gerados à direita do núcleo, movendo-se, opcionalmente, para a esquerda, acarretando, nesse caso, uma mudança na interpretação.

Acrescenta a autora que o movimento do adjetivo da direita para a esquerda, além do que foi discutido, é condicionado, também, por fatores do discurso. De maneira um pouco mais simples, significa dizer que todo adjetivo que é incorporado ao núcleo (à direita) envolve conhecimento partilhado/conhecido pelos falantes. Na estrutura “vestido interessante”, a propriedade “ser interessante” seria um tipo de conhecimento compartilhado pelos falantes, pois essa é uma característica objetiva do vestido, teoricamente conhecida - e aceita - por todos<sup>37</sup>.

Por outro lado, o adjetivo que se adjunge mais externamente, à esquerda de N', não envolve, necessariamente, conhecimento partilhado. Em outras palavras, “interessante vestido” está no âmbito do julgamento individual, podendo não ser a opinião compartilhada (unânime) de uma plateia que assiste a um desfile de moda, por exemplo.

O adjetivo que é movido para a posição pré-nominal (N', projeção máxima de N, na estrutura em 11), segundo Boff, nunca envolve conhecimento compartilhado entre os falantes, por isso é avaliativo (subjetivo), transita no âmbito da individualidade, com exceção de expressões cristalizadas, como as que apresentamos, por exemplo, em 12:

- (12) a. **Bom** dia! (saudação)  
 b. **Livre** arbítrio.  
 c. **Feliz** Natal.

---

<sup>37</sup> Acreditamos que seja necessário investigar se o adjetivo “interessante”, mesmo na posição pós-nominal, seja atribuidor de característica objetiva. Parece-nos que, mesmo naquela posição, “interessante” atribui qualidade subjetiva. Em “vestido interessante”, a qualidade “interessante” depende do ponto de vista (da avaliação) de quem vê. Embora julguemos a explicação muito boa, pois se aplica a exemplos como “céu azul”, em que a propriedade “azul” é compartilhada por todos os falantes, objetivamente, parece-nos que o caso do adjetivo “interessante” transborda as explicações, merecendo tratamento um pouco diverso.

Em linhas gerais, Boff trabalha com a hipótese de que os adjetivos são gerados à direita do núcleo em Estrutura-D e que o movimento para a esquerda ocorre com os adjetivos ditos avaliativos, opcionalmente, em alguns casos; defende, também, que a adjunção dos adjetivos pode ocorrer junto à projeção máxima do Nome (N') ou ao núcleo nominal (N<sup>0</sup>). Essa é a conclusão a que chega a autora com a descrição que oferece quanto ao posicionamento dos adjetivos no interior do sintagma nominal.

Visando compreender o mesmo fenômeno investigado por Boff (1991), quanto ao posicionamento do adjetivo no interior do SN em português, tomaremos outro caminho, e o faremos, debruçando-nos sobre a indagação em 13:

(13) Que tipo de propriedade determina o posicionamento pré/pós-nominal do adjetivo no SN em português?

Voltando-nos para 13, diremos, pois, que os adjetivos, em português, são gerados à direita ou à esquerda do núcleo, posicionando-se em uma ou noutra posição por fatores de uso. Desse modo, para responder a 13, formulamos 14:

(14) Existem adjetivos com traço [+/- objetivos] e [+/- subjetivos] em português. Os primeiros se posicionam à direita do nome, os últimos à direita ou à esquerda, obedecendo ao parâmetro de colocação do português. Um adjetivo com traço [+ objetivo] pode passar a possuir valor [+ subjetivo], ou vice-versa, desde que o uso assim o exija.

Com vistas a avaliar melhor as afirmações que fizemos em 13 e 14, explicitaremos, na próxima seção, as possibilidades de posicionamento dos adjetivos no interior do SN em português. Após isso, retomaremos as lacunas que deixamos ao longo da discussão, sobretudo, no que tange às questões atinentes ao “recurso literário” defendido por Boff. Retomaremos a discussão acerca das expressões cristalizadas das quais a autora excluiu da análise e o caso do adjetivo “vermelho”. Para esses casos, proporemos uma solução a partir do que se afirma em 14.

### 3 POSIÇÃO DO ADJETIVO NO SINTAGMA NOMINAL EM PORTUGUÊS: A PROPOSTA DE RIO-TORTO (2006)

A estrutura sintagmática do português é marcada, no que tange à distribuição do adjetivo no SN, como [N Adj] ou [Adj N]. Conforme Rio-Torto (2006), a colocação do adjetivo à direita ou à esquerda pode dar-se:

- a) Impositivamente;
- b) Variavelmente;
- c) Com valor semântico opositivo;
- d) Por vários outros pontos de vista.

O posicionamento do adjetivo dá-se impositivamente, à direita, em contextos em que há a presença do verbo copulativo (ser/estar + Adj). Vejamos:

(15) João **é/está feio**.

Por outro lado, em contexto sem verbo, adnominais, portanto, o posicionamento dá-se variavelmente. A ordem flexível, nesse caso, não acarreta consequências de natureza semântica. Vejamos:

(16) Um pastel **delicioso**.

(17) Um **delicioso** pastel.

Existem situações, no entanto, em que a ordem variável de colocação do adjetivo dá-se com valor semântico opositivo, ou seja, dependendo da posição em que seja colocado, à direita ou à esquerda, o adjetivo apresenta sentidos opostos. Vejamos:

(18) Um **velho** amigo.

(19) Um amigo **velho**.

Nota-se que, nos exemplos em 18 e 19, o adjetivo “velho” apresenta duas possibilidades semânticas. Em “um velho amigo”, com o adjetivo à esquerda do substantivo, “velho” apresenta sentido de “antigo”, que não se confunde com alguém de avançada idade, pois um velho amigo pode ser um amigo jovem. Por outro lado, em “um amigo velho”, com o adjetivo à direita do substantivo “amigo”, “velho” possui sentido de idoso. Nessa situação, “amigo velho” é, necessariamente, alguém de avançada idade. O adjetivo, desse modo, dependendo da posição que apareça, pode exercer função semântica opositiva.

#### **4 O POSICIONAMENTO DO ADJETIVO NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL: A HIPÓTESE DO USO**

Além das possibilidades anteriormente apresentadas para justificar o posicionamento do adjetivo à direita ou à esquerda do nome, Rio-Torto (2006) afirma que a colocação pré/pós nominal dos adjetivos no interior do SN em português pode dar-se por vários outros pontos de vista, deixando em aberto a discussão. Isso significa que existem outras perspectivas teóricas igualmente relevantes para explicar o fenômeno em análise. Sendo assim, propomos que as restrições de posicionamento do adjetivo, em português, podem dar-se, também, por três razões:

- 1) Os adjetivos se posicionam à direita quando apresentam traços [+ objetivo, - subjetivo];
- 2) Os adjetivos se posicionam à esquerda quando apresentam traços [- objetivo, + subjetivo];
- 3) O uso pode alterar os traços de objetividade e subjetividades dos adjetivos, interferindo na posicionamento à direita ou à esquerda do nome.

Sintaticamente, a língua portuguesa nos oferece duas possibilidades para colocação dos adjetivos; as razões 1 e 2 acima explicitam tal possibilidade. No entanto, existem adjetivos que, mesmo apresentando um ou outro traço, podem aparecer em posição que originalmente não pertence a um adjetivo. Nessa situação, acreditamos que o uso também pode intervir na distribuição desse ou daquele adjetivo pré ou pós nominalmente, sempre visando fins comunicativos. O uso,



portanto, parece ser um agente que pode interferir na colocação do adjetivo no SN em português e, com base nisso, desenvolveremos nossa argumentação.

Com vistas a analisar o papel do uso e o posicionamento pré-pós nominal dos adjetivos no interior do sintagma nominal, retomemos o caso do adjetivo “vermelho” tratado por Boff (1991) e discutido parcialmente por nós na seção 1. O adjetivo em comento, tradicionalmente, é usado em posição pós-nominal, sendo sua anteposição considerada agramatical. Vejamos os contrastes abaixo:

- (20) a. Carro **vermelho**.  
 b. \* **Vermelho** carro.
- (21) a. Paixão **vermelha**.  
 b. \***Vermelha** paixão.
- (22) a. Lábios **vermelhos**.  
 b. \***Vermelhos** lábios.

Nota-se que os exemplos 20b, 21b e 22b são agramaticais, pois o adjetivo “vermelho” apresenta traços [+ objetivo, - subjetivo], sendo sua posição original à direita do nome. Embora esse adjetivo apresente traços que permitem o seu posicionamento pós nominalmente, o uso pode requisitar sua anteposição, alterando as propriedades semânticas. O caso de 21b é muito significativo e demonstra como o uso pode interferir na tarefa de posicionar o adjetivo à esquerda do nome. A situação a seguir sinaliza nessa direção.

Por conta da participação do Time do Internacional no campeonato disputado pelo Mundial de Clubes, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, em 2010, a torcida desse time passou a usar 21b como símbolo de orgulho em ter o único time (brasileiro) representante do futebol sul-americano, disputando a Semifinal do referido evento esportivo. A ocasião permitiu que 21b deixasse de ser “estranho” e passasse a ser usado, amplamente, no âmbito do futebol, tendo o adjetivo “vermelho” em posição anteposta ao nome.

De modo parecido, temos 22b. O que diferencia 22a de 22b parece ser o uso que se faz da qualidade atribuída pelo adjetivo “vermelho”, ou seja, o propósito semântico de que se valem os falantes para criar sentido, atribuindo objetividade ou

subjetividades ao avaliarem os lábios de alguém<sup>38</sup>. Se o uso passar a requisitar a anteposição de “vermelho” com traço [+ subjetivo], será possível a anteposição desse adjetivo que, até agora, aparece sempre à direita do nome.

O caso de 20b não foge à discussão que propomos. É estranho ouvirmos “vermelho carro” até que o uso consagre a expressão como válida entre a comunidade de fala. A expressão “vermelho carro” é estranha, pois sintaticamente o adjetivo está atribuindo qualidade objetiva à palavra “carro” e, desse modo, o posicionamento desse adjetivo deve ocorrer à direita. No entanto, pelo princípio natural da variação das línguas, essa mesma expressão pode, por razões comunicativas, aparecer anteposta marcando um sentido diverso.

O caso do adjetivo “vermelho” sinaliza, ainda que timidamente, como fatores extralinguísticos, contextuais, de uso, podem interferir no posicionamento desse adjetivo à esquerda que, dotado de uma carga semântica objetiva, aparecia, no trabalho de Boff (1991), classificado como um adjetivo não avaliativo. Bastou o uso, no caso da participação do Time do Internacional, requerer uma construção com tal adjetivo anteposto para sinalizar a possibilidade de um adjetivo não avaliativo passar a figurar à esquerda do nome sem o recurso do sufixo – **íssimo**.<sup>39</sup>

O caso da anteposição do adjetivo “vermelho”, assim como dos adjetivos “branca” e “verde” em “Branca neve” e “Verdes mares” são tratados por Boff (1991) como exceção, reservado ao âmbito literário. O que ela chama de “recurso literário”, chamamos “recurso linguístico” (que é usado pela literatura). O fato de a literatura usar e abusar de expressividade, subjetividade, antepondo inclusive os adjetivos que tradicionalmente têm sua posição marcada à direita do nome, dá-se à medida que a requisição do uso solicita desdobramentos de sentido (inexplorados até então), visando propósitos comunicativos. O uso, então, pode exercer influência sobre o posicionamento dos adjetivos no SN em português, consagrando certas construções em detrimento de outras.

O que até aqui discutimos, nos leva a defender que, à direita do nome, a língua portuguesa reservou uma posição de “maior neutralidade”; ou seja, à direita,

<sup>38</sup> Se construirmos uma sentença como **“Os Vermelhos lábios da mulher da esquina são um atrativo para os jovens do bairro”**, notamos que o adjetivo “vermelho”, anteposto, parece ser possível e, aparentemente, não causa qualquer estranhamento. O sentido de “vermelho”, nesse caso, parece ser de uso subjetivo, mesmo ele não sendo classificado como um adjetivo avaliativo.

<sup>39</sup> A situação que usamos como argumento deve ser interpretada com razoabilidade. Está claro que o uso de “vermelho” à esquerda não está consagrado entre os falantes do português. Quisemos, apenas, demonstrar que, se fatores e necessidades comunicativas requisitarem, a anteposição ou posição do adjetivo pode ocorrer.

os adjetivos encontram uma posição marcada como [- subjetiva] em que o conteúdo informacional tende a ser [+ objetivo] e, por isso, esta seria a posição mais neutra em português. Por outro lado, os adjetivos que se posicionam à esquerda do nome tendem a atribuir traços informacionais [+ subjetivo] e [- objetivo], sendo, então, a posição menos neutra na língua, o que propicia o uso mais subjetivo dos adjetivos.

Se as línguas permitem, por meio de recursos linguísticos, que os falantes marquem posições objetivas ou subjetivas sobre suas sentenças, sobre seu discurso, adjetivos com uma carga semântica [+ objetiva] tendem a permanecer à direita do nome, pois essa é a posição reservada no português para atribuir característica mais objetiva do adjetivo sobre o nome a que está ligado. É o caso, por exemplo, do adjetivo “fluvial”, como ilustram os contrastes abaixo:

- (23) a. Bacia **fluvial**.  
 b. Praia **fluvial**.  
 c. Águas **fluviais**.

- (24) a. \***Fluvial** bacia.  
 b. \***Fluvial** praia.  
 c. \***Fluviais** águas.

A anteposição do adjetivo, como vemos em 24, torna as sentenças agramaticais, pois o uso, seguindo a propriedade do traço de objetividade que recai à direita do nome, consagrou “fluvial” à direita e não à esquerda. Pelo traço objetivo que esse adjetivo carrega consigo, a posição à direita, marcada na língua como [+ objetiva], é a mais natural até que o uso, por razões sociocomunicativas, fixadas pela experiência, tenha necessidade de antepor esse adjetivo, reconfigurando sua semântica, com vistas a atender propósitos linguísticos definidos.

É por meio do uso que aceitamos a fixação do adjetivo à esquerda do nome, nas construções como 25, e não à direita, conforme 26, mesmo sendo possível a anteposição do adjetivo<sup>40</sup>. Vejamos:

---

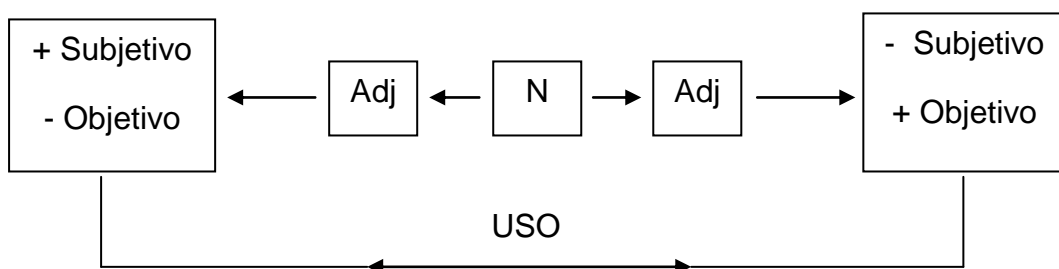
<sup>40</sup> O uso consagrou “bom dia” como expressão de saudação e não “dia bom”. A anteposição do adjetivo “bom” é possível, mas não nessa situação de uso.

- (25) a. **Bom** dia! (saudação).  
 b. **Má** fé.  
 c. **Boa** vontade.  
 d. **Feliz** Natal.
- (26) a. \*Dia **bom**! (saudação)  
 b. \*Fé **má**.  
 c. \*Vontade **boa**.  
 d. \* Natal **Feliz**

De modo semelhante, o uso fixou o adjetivo à esquerda do nome nos exemplos como 27, sendo a anteposição dele considerada agramatical, conforme ilustram os exemplos em 28:

- (27) a. Amor **livre**.  
 b. Amor **materno**.  
 c. Amor **paterno**.
- (28) a. \***Livre** amor.  
 b. \***Materno** amor.  
 c. \***Paterno** amor.

Defendemos, então, retomando o que afirmamos em alguns parágrafos anteriormente, que o posicionamento do adjetivo no SN em português pode ser explicado por meio do seguinte esquema:



Os adjetivos se posicionam à direita ou à esquerda do nome. À direita, temos uma posição marcada na língua como menos subjetiva em que o conteúdo informacional, atribuído pelo adjetivo ao nome que acompanha, assume um *status* de maior objetividade. Vejamos:

- (29) a. Homem **grande**.  
 b. Céu **límpido**.  
 c. Fogo **brando**.  
 d. Cabelo **escuro**.

Nos exemplos em 29, os adjetivos destacados expressam valor [+ objetivo]. Em 29a, “grande” delimita a altura do homem, destacando essa qualidade física do sujeito. Em 29b, o destaque recai sobre o aspecto do céu. Em 29c, o destaque é para o “modo” em que a chama se encontra (ou que deveria se encontrar), nem alta, nem baixa. A objetividade que “brando”, à direita, atribui ao substantivo “fogo” é verificado, por exemplo, nas receitas culinárias em que a altura da chama é um dos fatores para o sucesso no manuseio de certos ingredientes, no preparo de determinado prato. Seguindo a ideia de objetividade, temos o adjetivo “escuro”, qualificando objetivamente o substantivo “cabelo”, em 29d.

Por outro lado, temos, à esquerda do nome, uma posição marcada na língua como mais subjetiva em que o conteúdo informacional, atribuído pelo adjetivo ao nome que acompanha, assume um *status* de menor grau de objetividade. É o caso, por exemplo, de 30:

- (30) **Grande** homem<sup>41</sup>.

Diferentemente de 29a, em que o adjetivo “grande” delimita a altura do homem, a anteposição desse adjetivo em 30 deixa de delimitar uma qualidade física para avaliar características que permeiam o âmbito do caráter, das qualidades humanas, virtuosas, psicológicas de alguém. À direita, “grande” atribui qualidade

---

<sup>41</sup> Os demais exemplos “fogo **brando**” e “cabelo **escuro**” tornam-se agramaticais se antepormos o adjetivo. O caso de “céu **límpido**” também parece ser agramatical. No entanto, é preciso investigar melhor esse caso em específico.

objetiva, à esquerda, qualidade subjetiva, que pode variar de pessoa para pessoa a depender da avaliação subjetiva, das experiências, das convicções de quem avalia.

Desse modo, diante do que discutimos até aqui, defendemos a existência de dois tipos de adjetivos: uns com valor [+objetivo, - subjetivo] e outros com valor [- objetivo, + subjetivo]. Os primeiros se posicionam à direita do nome, os últimos à direita ou à esquerda. Um adjetivo com traço [+ objetivo] pode passar a atribuir valor [+ subjetivo], ou vice-versa, desde que o uso assim o exija. O uso, então, pode ressignificar determinado adjetivo, alterando seu traço semântico, sendo mais um fator responsável pelo posicionamento dos adjetivos pós ou pré-nominalmente. Tais questões explicariam os casos envolvendo o adjetivo “vermelho”, as construções cristalizadas da língua e os demais adjetivos que tratamos neste capítulo.

A hipótese do uso enquanto fator que interfere no posicionamento dos adjetivos deve ser discutida, ainda, nestes termos: por que os falantes de português sabem usar os adjetivos à direita ou à esquerda distintamente, estranhando construções como 31?

- (31) a. \***Otimista** rapaz.  
b. \***Azul** carro.

Em termos práticos, diríamos que o conhecimento intuitivo, que todo falante de português carrega acerca da natureza e posicionamento dos adjetivos, permite-o aceitar 32 e rejeitar 31 e 33, mesmo não sabendo explicitar os princípios e regras subjacentes que explicam a aceitação ou não aceitação dessas construções:

- (32) a. Prato **quebrado**.  
b. Carro **azul**.

- (33) a. \***Quebrado** prato.  
b. \***Azul** carro.

À semelhança do que acontece com os casos em 32 e 33, o conhecimento intuitivo dos falantes permite-os construir 34, mas estranhar 35:

- (34) a. Menino **feliz**.  
 b. Morte **feliz**.  
 c. Vida **feliz**.
- (35) a. (?) **Feliz** menino.  
 b. (?) **Feliz** morte.  
 c. (?) **Feliz** vida.

A palavra “feliz”, quando usada como adjetivo, por suas características [+objetivas], encontra à direita do nome a posição que, em português, atribui sentido mais objetivo ao substantivo. Se antepusermos o mesmo adjetivo para a esquerda, as estruturas tornam-se estranhas, conforme vemos em 35. Isso indica, aparentemente, que “feliz” encontra restrições de sentido se anteposto. No entanto, a hipótese do uso ganha contornos mais nítidos diante de exemplos cristalizados da língua, como 36, em que o adjetivo “feliz” aparece à direita e não causa qualquer estranheza:

- (36) a. **Feliz** Natal.  
 b. **Feliz** aniversário.

O mesmo acontece nos casos em 37, em que é possível o uso do adjetivo “feliz” tanto à direita quanto à esquerda:

- (37) a. Domingo **feliz**.  
 b. **Feliz** Domingo.

Como vemos, à direita, “feliz” atribui sentido de maior objetividade, sendo usado para especificar “como” foi o domingo de alguém. O mesmo adjetivo à esquerda funciona para atribuir desejo de que o domingo de alguém seja afortunado, seja de sucesso; o uso de “feliz”, à esquerda, funciona como um desejo subjetivo de alguém.

O fato é que, intuitivamente, os falantes de português conhecem essas restrições de sentido e sabem distinguir uma construção de outra. O caso do adjetivo “feliz” e das expressões cristalizadas da língua parece fornecer indícios para acreditarmos que o uso também condiciona o posicionamento do adjetivo no

sintagma nominal em português. Tal possibilidade deve, no entanto, ser investigada em termos semântica, pragmática, discursiva etc.

Diante das hipóteses que discutimos, verificamos que as tentativas, tanto no âmbito das gramáticas tradicionais, quanto no âmbito dos estudos linguísticos de estabelecer classes de adjetivos, têm o propósito de explicitar os traços objetivos e subjetivos apresentados por esse item gramatical. Essas tentativas escondem noções intuitivas muito preciosas quanto aos princípios que norteiam a relações dos adjetivos no interior do sintagma nominal em português. O que ocorre é que, ao se estabelecer princípios de classificação para os adjetivos, nos esbarramos com uma pluralidade onomástica que, às vezes, tornam a compreensão dos traços de objetividade ou subjetividades mais confusas do que claras.

Chegamos à conclusão de que, do ponto de vista sintático-semântico, o adjetivo pode se posicionar à direita ou à esquerda do nome, seguindo os traços que uma ou outra posição atribui a esse elemento na língua. Deriva, disso, a necessidade de se especificar a natureza semântica dos traços objetivos e subjetivos atribuídos ao adjetivo em posição pré/pós-nominal. Na tentativa de se detalhar esses traços, surgem diversas noções semânticas distribuídas em variadas subclasses, o que acarreta uma pluralidade nomenclatural, às vezes indesejada. Subjaz às diferentes classes de adjetivos, que surgem em decorrência de critérios semânticos, a questão da posição dos adjetivos à direita ou à esquerda do nome que, em muitos estudos, não é tratada de maneira direta. O problema do posicionamento parece ficar entregue aos conhecimentos teóricos ou implícitos do leitor.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos, neste trabalho, de cunho teórico-descritivo, abordar a classe dos adjetivos sob um viés sintático-semântico. Primeiro, retomamos o percurso pelo qual os adjetivos passaram desde as primeiras considerações feitas por Platão e os filósofos da antiguidade. Quisemos, com esse resgate temporal, traçar um breve percurso de como essa classe gramatical foi tratada, inicialmente, pelos primeiros investigadores ocidentais. Pretendíamos, com isso, reunir os principais estudos em



torno da temática de modo a contribuir com os novos interessados no estudo dessa classe gramatical, haja vista que não existe um texto de referência que apresente, brevemente, o desenrolar histórico dos adjetivos externa e internamente (no âmbito do português) e que sirva de bússola para aqueles interessados em compreender a história dessa categoria gramatical. Como a temática é rica, mas se encontra dispersa, o primeiro capítulo foi, antes, uma modesta contribuição para os iniciantes desbravadores do conhecimento acerca dos adjetivos.

No segundo capítulo, retomamos a história de constituição dos adjetivos internamente, no âmbito da língua portuguesa, demonstrando as modificações pelas quais essa classe gramatical passou com o advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Descrevemos que, em quatro gramáticas do português, os adjetivos são apresentados como portadores de três propriedades, a saber: *qualidade inerente*, *qualidade acidental*; *intensão/extensão*. Embora as propriedades sejam as mesmas, demonstramos que naquelas gramáticas é utilizada uma nomenclatura vasta para tratar da mesma propriedade, contrariando o “princípio” de padronização que fundamentou a edição da NGB.

A preferência semântica que fundamenta a distribuição dos adjetivos em distintas subclasses em nossas gramáticas, com nítido fundamento na tradição ocidental, procura explicitar as teias de sentido que os adjetivos apresentam em suas relações com os substantivos. Tal abordagem parece ser uma tentativa, ainda que implícita, de explicitar os dois parâmetros de colocação dos adjetivos em português, à direita ou à esquerda do SN. Mesmo não tratando, diretamente, de questões dessa natureza, nossas gramáticas sinalizam nessa direção quando distinguem, por exemplo, que um adjetivo explicativo como “frio”, em “gelo **frio**”, apresenta um traço inerente ao gelo e aparece à direita do nome. Na intenção de distribuir os adjetivos em diferentes classes, nossas gramáticas, implicitamente, parecem tentar trilhar um caminho que evidencie as noções intuitivas que temos sobre a natureza [+/-objetiva], [+/- subjetiva] dos adjetivos à esquerda ou à direita do nome.

No terceiro capítulo, tratamos da relação [+/-objetiva], [+/- subjetiva], que os adjetivos apresentam, como duas possibilidades de colocação dessa categoria em português, adaptando as noções de adjetivos avaliativos/não avaliativos. Neste capítulo, focamos, diretamente, o problema do posicionamento do adjetivo à direita ou à esquerda do nome em português. Para isso, discutimos a proposta de

explicação empreendida por Boff (1991) e propomos compreender o fenômeno do posicionamento pré/pós-nominal do adjetivo no interior do SN, indagando: que tipo de propriedade determina o posicionamento pré/pós-nominal do adjetivo no SN em português? Com vistas a tratar do problema anteriormente formulado, propomos três hipóteses, a saber:

- 1) Os adjetivos se posicionam à direita quando apresentam traços [+ objetivo, - subjetivo];
- 2) Os adjetivos se posicionam à esquerda quando apresentam traços [- objetivo, + subjetivo];
- 3) O uso pode alterar os traços de objetividade e subjetividades dos adjetivos, interferindo no posicionamento à direita ou à esquerda do nome.

Valemo-nos de exemplos com o adjetivo “vermelho” como forma de advogar em favor do uso enquanto fator que pode interferir na tarefa de posicionar os adjetivos à direita ou à esquerda do núcleo nominal. Ao lado disso, e com o mesmo objetivo, apropriamo-nos de expressões cristalizadas da língua do tipo “Bom dia” como exemplos para fortalecer a argumentação.

As noções de objetividade e subjetividade envolvendo os adjetivos e, conseqüentemente, o posicionamento deles no interior do sintagma nominal foram explicadas como traços fundamentados em questões semânticas, a partir da noção de uso, resgatando um argumento tratado em Port-Royal.

De tudo o que discutimos, duas questões ficam em aberto neste trabalho. Primeiro, é necessário precisar melhor uma definição teórica acerca do uso e de sua ação. Precisamos, em segundo lugar, realizar um estudo diacrônico com vistas a inventariar quando um determinado adjetivo deixou de aparecer, apenas, à direita e passou a aparecer também à esquerda, ou vice-versa. Isso melhorará o grau de análise, além de corroborar afirmativa ou negativamente com a hipótese do uso interferindo no posicionamento pré/pós-nominal do adjetivo no interior do sintagma nominal em português.

Ao lado dessas questões, acreditamos, também, que um estudo semântico que extrapole o âmbito da sentença e caminhe para o âmbito do discurso seja também relevante para explicar as teias de sentido em que os adjetivos estão emaranhados.

Ao finalizarmos este capítulo com um ponto final, não estamos concluindo a pesquisa, tão pouco esgotando a análise do objeto investigado, muito longe disso. A finalização deste trabalho é, na verdade, o início de uma nova empreitada de pesquisa que terá como objetivo ajustar as lentes do “telescópio” da investigação linguística com vistas a melhor verificar os problemas e as afirmações que levantamos e que, momentaneamente, deixamos em aberto.

## REFERÊNCIAS

SAID ALI, M. **Gramática secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALKMIN, T. M. **A classe difícil de predicados adjetivais do português**. 1975. 101f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

ANDRÉ, H. A. de. **Gramática ilustrada**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AZEREDO, J. C. de. **Gramática houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, E. **Moderna gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.

\_\_\_\_\_. **Moderna gramática portuguesa**. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BOFF, A. M. **A Posição dos Adjetivos no Interior do Sintagma Nominal: perspectivas sincrônica e diacrônica**. 1991. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

BOLINGER, D. Adjectives in English: Attribution and Predication. *In: Língua*, n. 18, 1967, p. 1-34.

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo, Ática, 1996.

BORGES NETO, J. **Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais**. 1979. 79 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

CARLSON, G. **Reference to Kinds in English**. Tese (Doutorado). Amherst: University of Massachusetts, 1977.

CHOMSKY, N. A. **Syntactic Structures**. Haia: Mouton, 1957.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da teoria da Sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado, 1975.

\_\_\_\_\_. **Lectures on Government and Binding**. Foris, Dordrecht, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso.** Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1994.

\_\_\_\_\_. (Org.). Mukherji, N; Patnaik, B. N; Agnihoti. R. K. **Arquitetura da Linguagem.** Trad. Alexandre Morales e Rafael Ferreira Coelho. Bauru, SP: Edusc, 2008 (coleção Signum).

CONTERATTO, G. B. H. **Adjetivos:** uma representação linguístico-computacional. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

**CRÁTILLO-PLATÃO.** Diálogo sobre a Justeza dos Nomes. Trad. Pe. Dias Palmeira. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1994

CUNHA, C; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. In: **Ciência da Informação.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a.

DI FELIPPO, A. 2004. **Representação linguístico-computacional dos adjetivos valenciais do português.** 2004, 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, São Paulo.

DIXON, R. M.W. **Where Have All the Adjectives Gone?** Berlin: Walter de Gruyter, 1982.

HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois.** São Paulo: Parábola, 2009.

KATO, M. **A ergatividade dos adjetivos.** Comunicação apresentada no II Encontro da ANPOLL, Recife, 1990.

\_\_\_\_\_. A seqüência ADJ+N em português e o princípio da harmonia transcategorial. In: **Letras & Letras**, 4, vol. 1 e 2, 1989, (p. ?).

LEMLE, M. A ordem dos adjetivos no sintagma nominal em inglês e português: implicações para a teoria gramatical. **Anais do III Encontro Nacional de Lingüística.** PUC-RJ, 1979, (p. ?).

\_\_\_\_\_. **Análise Sintática:** teoria geral e descrição do português. 2. Ed. São Paulo, Ática, 1989.

LEVI, J. **The Syntax and Semantics of Complex Nominals.** Academic Press: New York, 1978.

LUCAS, M. A. The syntactic classes of antenominal adjectives in English. *In: Língua*, n. 35, 1975, p.155-171.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

**Os cegos e o elefante**. Disponível em: <http://blogs.abril.com.br/singrandohorizontes/2008/10/folclore-hindu-os-cegos-elefante.html>. Acesso em 10 mar. 2011.

PAZINI, M. C. B. A posição do adjetivo na locução nominal em português. **Revista Brasileira de Linguística**, n. 5, v. 1, Ano IV, 1978, p. 27-52.

RAPOSO, E. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

RIO-TORTO, G. Para uma Gramática do Adjetivo. *In: Alfa – Revista de linguística*, São Paulo, v. 50, n. 2, 2006, p. 103-129.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Lingüística**. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1982.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paes e Izidoro Blikstein. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SIEGEL, M. Capturing the Russian Adjectives. *In: HALL-PARTEE*, 1976, p. 293-309.

SILVA, A. A ordem variável dos adjetivos em grupos nominais. *In: Calidoscópico*. Unisinos. vol. 6, n. 3, 2008, p. 134-141.

SILVA, A; PRIA, A. D. A ordem variável do adjetivo em anúncios jornalísticos do século XIX: uma questão semântico-discursiva. *In: Alfa – Revista de linguística*, n. 45, 2001, p. 71-83.

\_\_\_\_\_. Correlação entre a expressão do adjetivo no grupo nominal do inglês e do português. *In: Revista de Estudos Lingüísticos*. São Paulo, n. 31, 2002. p. 50-56.

TEYSSIER, J. Notes on the syntax of the adjective in modern English. *In: Língua*, n. 20, 1968, p. 225-249.

VANNUCCHI, J. D. Sintaxe da gradação do adjetivo em português. **Revista Brasileira de Linguística**, n. 4, vol 2, Ano III, 1977, p. 17-44.

VENDLER, Z. **Adjectives and Nominalizations**. Haia, Mouton, 1968. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1968.

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Lingüística**. Trad. Marcos Bagno. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ZUBER, R. La Catégorématicité et les Adjectifs en Polonais. *In: Languages*, n. 30, 1973, p. 125-131.